



CÂMARA MUNICIPAL DE SERPA

REVISÃO DO PDM DE SERPA
FUNDAMENTAÇÃO

Novembro 2007

Índice Geral

1	<i>Enquadramento</i>	6
2	<i>Indicadores de Caracterização do Concelho</i>	10
2.1	<i>Demográficos</i>	10
2.1.1	<i>Evolução da População Residente e Densidade Populacional</i>	10
2.1.2	<i>Estrutura Etária</i>	12
2.1.3	<i>Movimento da População</i>	13
2.1.4	<i>População, Família e Alojamento</i>	15
2.1.5	<i>Actividade e Desemprego</i>	16
2.2	<i>Sociais</i>	17
2.2.1	<i>Índices de Dependência, População Idosa Isolada, População Pensionista</i>	18
2.2.2	<i>Rendimento Mínimo Garantido/ Rendimento Social de Inserção</i>	19
2.2.3	<i>Habitação</i>	20
2.3	<i>Educativos</i>	22
2.3.1	<i>Níveis de ensino</i>	22
2.3.2	<i>Níveis de instrução</i>	23
2.4	<i>Actividades Económicas</i>	24
2.4.1	<i>Sectores de Actividades</i>	24
2.4.2	<i>Actividades Turísticas</i>	27
3	<i>Níveis de execução do plano</i>	30
3.1	<i>Ocupação do solo</i>	29
3.1.1	<i>Solo urbano</i>	29
3.1.2	<i>Solo Rural</i>	32
3.2	<i>Evolução da construção</i>	34
3.2.1	<i>Pressão urbanística</i>	34
3.2.2	<i>Licenças de Obra concedidas pela Câmara</i>	35
3.2.3	<i>Loteamentos</i>	39
3.3	<i>Planos</i>	39
3.4	<i>Áreas de aptidão turística</i>	43

3.5	<i>Equipamentos de Utilização Colectiva</i>	44
3.6	<i>Acessibilidades</i>	48
3.6.1	<i>Rede Rodoviária</i>	50
3.6.2	<i>Rede Ferroviária</i>	50
3.6.3	<i>Transportes Públicos</i>	51
3.7	<i>Infraestruturas Eléctricas e Telecomunicações</i>	52
3.7.1	<i>Rede Eléctrica</i>	52
3.7.2	<i>Rede Telefónica</i>	54
3.8	<i>Infraestruturas de Saneamento básico</i>	56
3.8.1	<i>Rede de Abastecimento de Água</i>	56
3.8.2	<i>Rede e Tratamento de Águas Residuais</i>	57
3.9	<i>Resíduos Sólidos Urbanos</i>	57
4	<i>Qualidade ambiental</i>	59
4.1	<i>RAN</i>	59
4.2	<i>REN</i>	60
4.3	<i>Rede Natura</i>	59
4.4	<i>Áreas Protegidas</i>	63
4.5	<i>Protecção do Sobreiro e da Azinheira</i>	64
4.6	<i>Património Cultural</i>	65
4.6.1	<i>Património Arquitectónico</i>	65
4.6.2	<i>Património Cultural e Natural</i>	68
4.7	<i>Áreas Ardidadas</i>	69
4.8	<i>Recursos Hídricos</i>	71
4.9	<i>Estrutura Ecológica</i>	72
5	<i>Oportunidade e Objectivos da Revisão do PDM</i>	75

Índice de Figuras

<i>Fig. 1 - Evolução da população residente segundo anos censitários.....</i>	<i>10</i>
<i>Fig. 2 - População residente por concelho na sub-região do Baixo Alentejo</i>	<i>11</i>
<i>Fig. 3 - Estrutura Etária em 2001 no concelho de Serpa.....</i>	<i>12</i>
<i>Fig. 4 - Número de nados-vivos e óbitos no concelho de Serpa</i>	<i>13</i>
<i>Fig. 5 - Evolução do Saldo Natural.....</i>	<i>14</i>
<i>Fig. 6 - Movimentos migratórios da população em 2001 relativos a 1995.....</i>	<i>15</i>
<i>Fig. 7 - Evolução dos principais indicadores</i>	<i>15</i>
<i>Fig. 8 - Evolução do parque habitacional</i>	<i>16</i>
<i>Fig. 9 – Taxa de Actividade</i>	<i>17</i>
<i>Fig. 10– Taxa de Desemprego</i>	<i>17</i>
<i>Fig. 11 - Distribuição geográfica dos agrupamentos escolares.....</i>	<i>23</i>
<i>Fig. 12 – Relação do número de alunos matriculados nos anos de 1995/96 e 2004/05.....</i>	<i>24</i>
<i>Fig. 13 - Alojamentos Turísticos classificados pela DGT (Janeiro 2005)</i>	<i>28</i>
<i>Fig. 14 - Outros alojamentos (Janeiro 2005)</i>	<i>28</i>
<i>Fig. 15 - Outros alojamentos (Janeiro 2005)</i>	<i>29</i>
<i>Fig. 16 - Área dos aglomerados urbanos por freguesia</i>	<i>30</i>
<i>Fig. 17 – Área afecta aos espaços urbanos e urbanizáveis</i>	<i>31</i>
<i>Fig. 18 - Área dos Espaços industriais previstos em PDM.....</i>	<i>32</i>
<i>Fig. 19 - Licenças para construção nova emitidas pelas câmaras municipais</i>	<i>36</i>
<i>Fig. 20 - Evolução das licenças concedidas para edifícios habitacionais novos, Portugal e Alentejo.....</i>	<i>37</i>
<i>Fig. 21 - Evolução das licenças concedidas para edifícios habitacionais novos, Baixo Alentejo, Beja e Serpa.....</i>	<i>37</i>
<i>Fig. 22 - Evolução do número de fogos ntre 1997 e 2004.....</i>	<i>38</i>
<i>Fig. 23 – Relação entre os edifícios novos e o nº de fogos novos por cada ano, em Serpa.....</i>	<i>39</i>
<i>Fig. 24- Relação dos Edifícios Novos (Portugal) e as taxas de juro.....</i>	<i>38</i>

<i>Fig. 25 - UOPG's previstas no PDM, (anexo II do regulamento), situação actual.....</i>	<i>44</i>
<i>Fig. 26 - Nº de camas, concelho de Serpa.....</i>	<i>44</i>
<i>Fig. 27 - Relação dos equipamentos executados durante a vigência do plano....</i>	<i>44</i>
<i>Fig. 28 - Relação dos equipamentos executados durante a vigência do plano por freguesia.....</i>	<i>48</i>
<i>Fig. 29 – Mapa de estradas do concelho.</i>	<i>50</i>
<i>Fig. 29 - Ramal de Mourão, rede secundária, (in site Refer, 2003).....</i>	<i>52</i>
<i>Fig. 30 - Extracto da carta da Rede Eléctrica Nacional (in site da REN- Julho 06)</i>	<i>53</i>
<i>Fig. 32 - Consumos de Energia Eléctrica (KV) por sectores de actividade (Alta Tensão) (dados do INE).....</i>	<i>53</i>
<i>Fig. 33 - Consumos de Energia Eléctrica (KV) por sectores de actividade (Baixa Tensão) (dados do INE).....</i>	<i>54</i>
<i>Fig. 34 - Relação dos telefones analógicos e digitais entre 1997 e 2004 (dados do INE).....</i>	<i>55</i>
<i>Fig. 35 - Dados sobre os Sítios da Rede Natura 2000 presentes no Concelho. ..</i>	<i>62</i>
<i>Fig. 36 - Dados sobre os Sítios da Rede Natura 2000 presentes no Concelho. ..</i>	<i>63</i>
<i>Fig. 37 – Sítios da Rede Natura 2000 e ZPEs.....</i>	<i>63</i>
<i>Fig. 38 - Planta do Parque Natural do Guadiana.....</i>	<i>64</i>
<i>Fig. 39 – inventário do Património Arquitectónico e Arqueológico do Concelho. .</i>	<i>67</i>
<i>Fig. 40 - Mapa das Áreas Ardidas em Portugal de 1997-2004.....</i>	<i>70</i>
<i>Fig. 41 - Rede Hidrográfica de Serpa.....</i>	<i>72</i>

1 ENQUADRAMENTO

A revisão de um PDM advém da necessidade de adaptação das situações reais a um instrumento regulador que se encontra desactualizado, ou ainda pelo fim do prazo de vigência do mesmo. O seu objectivo principal é corrigir os erros e omissões verificadas no plano vigente, actualizar novas situações e definir novas estratégias e perspectivas.

Uma das grandes falhas dos PDM's de 1ª geração reside na falta de cartografia actualizada, originando cartas da RAN e da REN inadequadas e a delimitação de aglomerados urbanos fora de contexto e de uma programação desmesurada face às exageradas projecções da população.

Para a elaboração da revisão do PDM, importa definir concretamente o processo de trabalho a desenvolver, tendo como base os princípios gerais aplicados ao ordenamento do território, não desprezando todo o trabalho que já foi feito e toda a experiência adquirida ao longo dos anos de vigência do Plano.

Uma vez que o actual PDM eficaz pelo RCM n.º 178/95 de 26 de Dezembro, foi elaborado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 69/90, pertencendo aos PDM's de 1ª geração, onde imperava uma inexperiência generalizada, gerou-se à semelhança de muitos casos, um instrumento de Planeamento que não contempla perspectivas futuras, muito restritivo às situações temporais, pertencentes à época da sua aprovação.

Assim, para além dos novos ajustamentos a prever na Revisão do PDM devido ao processo de evolução natural do concelho, é imprescindível a rápida resolução dos problemas que tinham sido anteriormente identificados no PDM vigente. Ainda que o Plano regule o uso, ocupação e transformação dos solos é necessário que seja um instrumento que consiga mobilizar a concretização de estratégias de desenvolvimento territorial, tendo para isso de ser incorporada uma linha estratégica no conteúdo do Plano.

O processo de planeamento territorial adquiriu, nas últimas décadas, uma importância estratégica ao nível do desenvolvimento sócio-económico e da qualidade de vida das populações, que se encontra consagrada na Lei de Bases da Política de Ordenamento do

Território e Urbanismo, Lei nº 48/98 de 11 de Agosto alterada pela Lei 54/2007 de 31 de Agosto. Os princípios gerais da política de ordenamento, realçam novos conceitos e reafirmam conceitos já discutidos com base em:

- ⇒ Sustentabilidade e solidariedade intergeracional;*
- ⇒ Economia;*
- ⇒ Coordenação dos interesses públicos e privados;*
- ⇒ Subsidiariedade;*
- ⇒ Equidade;*
- ⇒ Participação e intervenção dos cidadãos;*
- ⇒ Responsabilidade;*
- ⇒ Contratualização e concertação;*
- ⇒ Segurança jurídica.*

Os objectivos que estes conceitos traduzem evidenciam a natureza integrada do processo de planeamento. Compreendem também as diversas vertentes dos sistemas territoriais, incidindo sobre as condições de vida e de trabalho das populações, os valores culturais, ambientais e paisagísticos, as oportunidades de emprego, as estruturas económicas e produtivas, as formas de uso e ocupação do território e a rendabilização das infra-estruturas.

O planeamento territorial resulta assim num processo integrado no qual se confrontam interesses e valores associados às três componentes básicas da organização do território: ambiente, população e economia. A compatibilização destes elementos deverá traduzir-se num modelo de ocupação do solo que respeite os princípios da harmonia, do equilíbrio e da sustentabilidade. Este é o grande desafio que se coloca neste processo.

O quadro referencial estabelecido pela Lei de Bases é operacionalizado através dos mecanismos e procedimentos determinados no Decreto-lei nº 380/99 de 22 de Setembro, com a nova redacção pelo Decreto-lei nº 316/2007 de 19 de Setembro. Estes diplomas

estabelecem as regras de elaboração dos Planos Municipais de Ordenamento, definindo inequivocamente os seus objectivos, conteúdo material e documental.

O Plano Director Municipal é, à luz do seu enquadramento legal, um documento de natureza estratégica e regulamentar que visa orientar a gestão municipal e promover a articulação entre as entidades com competência na intervenção na área geográfica respectiva. O Plano estabelecerá as vocações e utilizações dominantes do solo, no respeito pelos condicionamentos impostos pela salvaguarda dos valores naturais e ambientais e pela protecção contra riscos. Serão definidos modelos de evolução da ocupação humana para o território municipal, fundamentados por uma estratégia de desenvolvimento que promova as potencialidades locais e supere as carências actuais.

A revisão do Plano Director Municipal de Serpa enquadra-se nos diplomas legais referidos e ainda na Portaria que determinará a constituição de uma Comissão Acompanhamento na qual estarão representados os vários níveis de interesse relevantes no planeamento de determinado território.

A revisão do PDM será ainda enquadrada pelos planos de ordem superior que estejam em vigor ou em elaboração e que se apliquem no território municipal, bem como por orientações de planeamento emanadas da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, entidade regional com competência no planeamento territorial do Município.

Além deste enquadramento legal, a revisão do Plano Director Municipal observará a legislação específica relacionada com as diversas áreas de intervenção, em particular ao nível do ambiente e conservação da natureza, das reservas agrícola nacional e ecológica nacional, do domínio hídrico, da floresta, do licenciamento industrial, do património histórico, das restrições e servidões de utilidade pública estabelecidas legalmente, e da gestão urbanística (exemplo: Carta do Ruído, Carta Educativa, Carta das Áreas Inundáveis).

Outra questão que importa realçar é a do regulamento do próprio plano que se deverá enquadrar nas novas metodologias desenvolvidas a nível nacional numa procura de

uniformização jurídica nesta matéria. Neste sentido, toda a classificação preconizada no ordenamento deve se enquadrar nestas directivas.

O município mostrou durante o prazo de vigência do plano, vontade e dinâmica para a realização das acções previstas em sede do PDM vigente, com especial destaque para a rede de equipamentos e acções sociais. Apesar da população do Concelho de Serpa ter vindo a baixar nas duas últimas décadas, a qualidade de vida tem vindo a melhorar, traduzindo-se na melhoria das condições de habitabilidade, o aumento de edificações em benefício do rácio do alojamento/família, melhoria da rede viária e de infraestruturas.

Verifica-se ainda necessidade de valorizar os seus valores ecológicos e de paisagem, fazendo sobressair não só o Vale do Guadiana como toda a enorme extensão de planícies. A revisão do PDM deve inverter a situação de desvalorização e aproveitar as novas tendências em políticas de ordenamento do território em conceitos de sustentabilidade.

2 INDICADORES DE CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO

2.1 Demográficos

Para a avaliação deste descritor recorreu-se aos dados estatísticos do INE e da CM de Serpa no diagnóstico da acção social e do plano de desenvolvimento social assim como ao relatório do PDM vigente, para o período de abrangência do plano 1995-2006. Importa referir que não existem dados suficientes para este período no entanto consegue-se verificar as tendências actuais.

2.1.1 Evolução da População Residente e Densidade Populacional

O concelho de Serpa, constituído por sete freguesias, com uma área de 1106.5 Km², verificou um decréscimo da população residente em cerca de 6.7% entre 1991 e 2001. Estima-se que em 2003 teria 16.178 habitantes confirmando a tendência para a diminuição da população e contrariando o crescimento acentuado que se deu até à década de 50 (resultado de uma política ocupacional do Estado Novo).

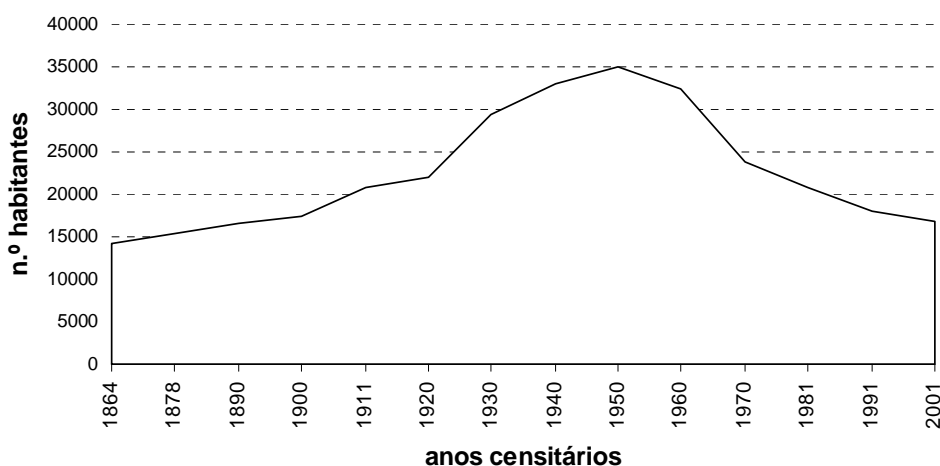


Fig. 1 - Evolução da população residente segundo anos censitários

Verifica-se um decréscimo populacional muito acentuado desde os anos 60. Em 50 anos reduziu para metade, derivado aos grandes fluxos migratórios para outros países e ao final da campanha do trigo que acabou por ter consequências desastrosas.

Nas décadas posteriores são os movimentos migratórios internos que assumem grande importância. Com a perda da população residente (essencialmente da população activa) e a redução da taxa de fecundidade, esta Região tornou-se a mais envelhecida do País e das mais envelhecidas da Europa.

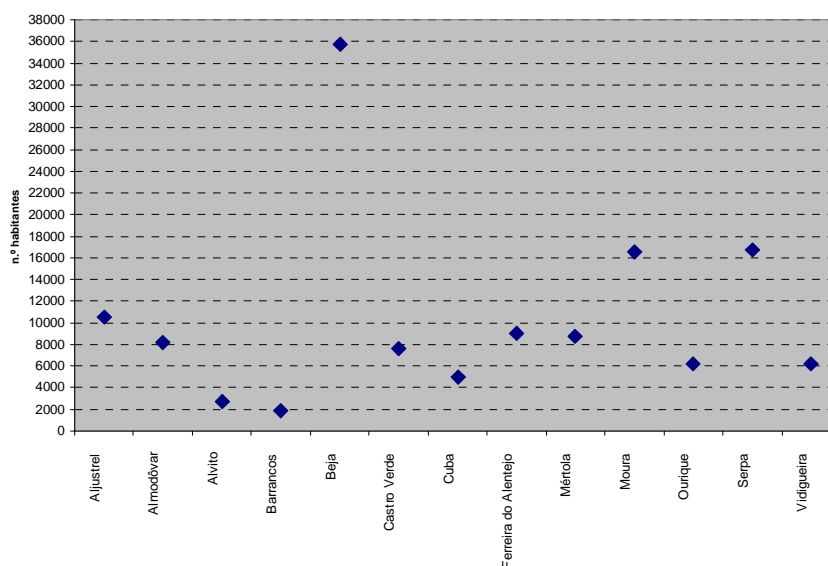


Fig. 2 - População residente por concelho na sub-região do Baixo Alentejo

É de referir que o concelho de Serpa a par com o concelho de Moura é dos mais populosos da região, ficando a menos de metade do concelho de Beja. Serpa representa 12.4 % da região.

A densidade populacional do concelho é de 15.1 Hab/Km². Verifica-se que 39% da população residente está concentrada nas freguesias de Salvador e Santa Maria. Vila Nova de S. Bento e Pias são as freguesias rurais com mais população, sendo 20% e 18% do total do concelho respectivamente.

A freguesia de Salvador, freguesia urbana da cidade de Serpa, é a única com uma variação populacional positiva (10,5%), contribuindo para esse facto as novas áreas residenciais que ali se localizam.

2.1.2 Estrutura Etária

A par do processo de despovoamento verifica-se também um progressivo envelhecimento da população, que se reflecte numa pirâmide etária duplamente envelhecida. Observando a distribuição da população por grupos etários, verifica-se que os grupos de maior representatividade são os dos 25 aos 64 anos e dos 65 ou mais anos, concentrando 49,4% e 24,3% da população respectivamente. O grupo etário dos 0-14 anos representa 13,9% da população e o grupo imediatamente a seguir 15-24 anos, 12,4%.

O decréscimo populacional verificado entre 1991 e 2001 verificou-se em todas as faixas etárias (0-14 anos - 23%); (15-24 anos - 17%); (25-64 anos - 5%) excepto na população idosa que teve um aumento de 11%.

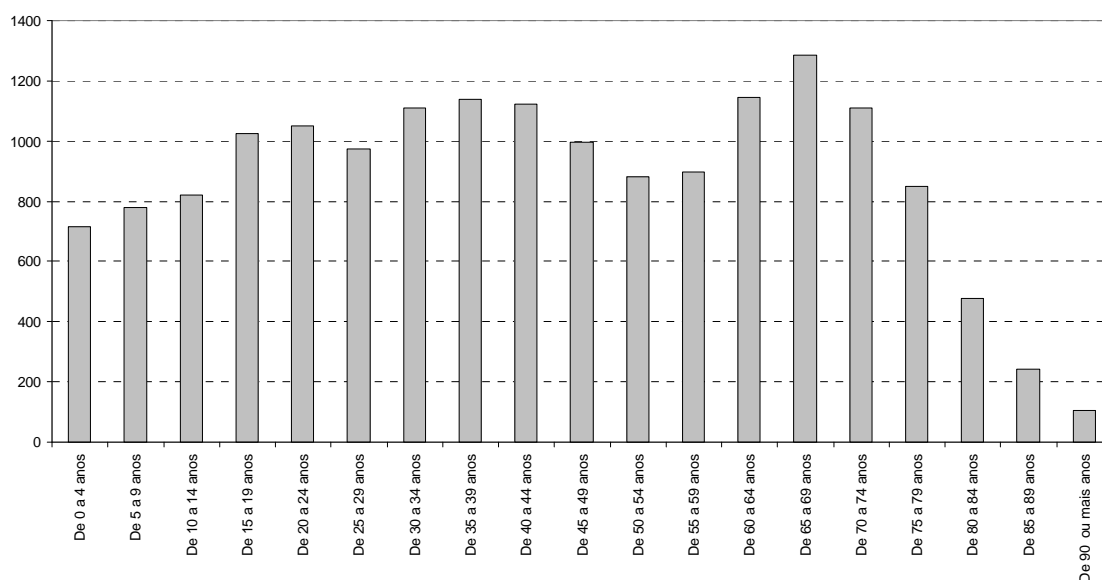


Fig. 3 - Estrutura Etária em 2001 no concelho de Serpa

Relativamente ao índice de envelhecimento, o valor é de 175,7% contra os 121% em 1991, o que demonstra um aceleração acentuado do envelhecimento da população. Serpa

apresenta um envelhecimento da população superior ao do País (102%) e até mesmo da região do Alentejo (163%), reflexo da diminuição da taxa de natalidade, do aumento da esperança média de vida e do êxodo populacional da população activa.

A relação de substituição de gerações é de 0,84, o que significa que a substituição de gerações não está assegurada. Para isso acontecer a relação teria que apresentar como valor mínimo 1 (Censos de 2001).

2.1.3 Movimento da População

Entre 1997 e 2004 o concelho de Serpa apresentou sempre um saldo natural negativo, resultado da grande diferença entre o nº de óbitos e o nº de nados-vivos. Mais uma vez aqui se verifica a tendência para o envelhecimento da população e da desertificação. Esta tendência não é capaz de assegurar a renovação das gerações.

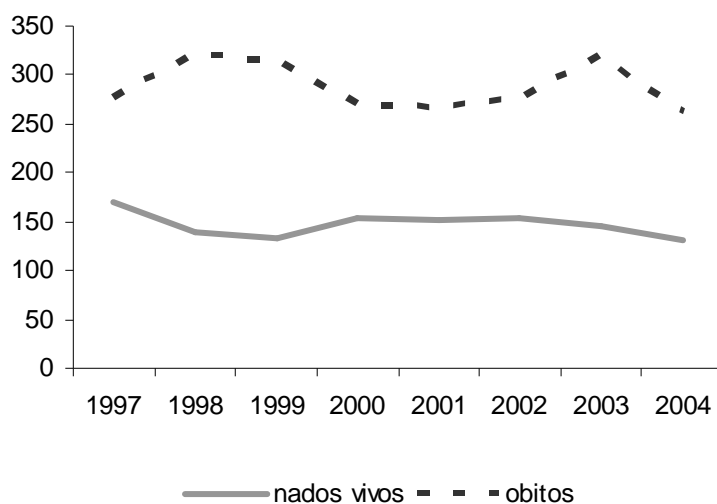


Fig. 4 - Número de nados-vivos e óbitos no concelho de Serpa

A persistência do saldo negativo da última década, sem grandes variações tem vindo a contribuir fortemente para o decréscimo populacional do concelho. De um modo geral todas as freguesias tiveram o mesmo cenário, com excepção para as freguesias que

abrangem a sede do concelho. Estas por sua vez tiveram um comportamento diferente devido à preferência da população pelo meio mais urbano.

O comportamento do concelho de Serpa não difere do cenário da região em que se insere, em que o enquadramento é todo negativo. Aliás a região do Alentejo ainda consegue ter valores mais baixos pois enquadra concelhos com graves problemas de desertificação. Contrariamente os valores globais relativos a Portugal são positivos, com um grande acréscimo no ano de 2000 e uma baixa acentuada em 2004.

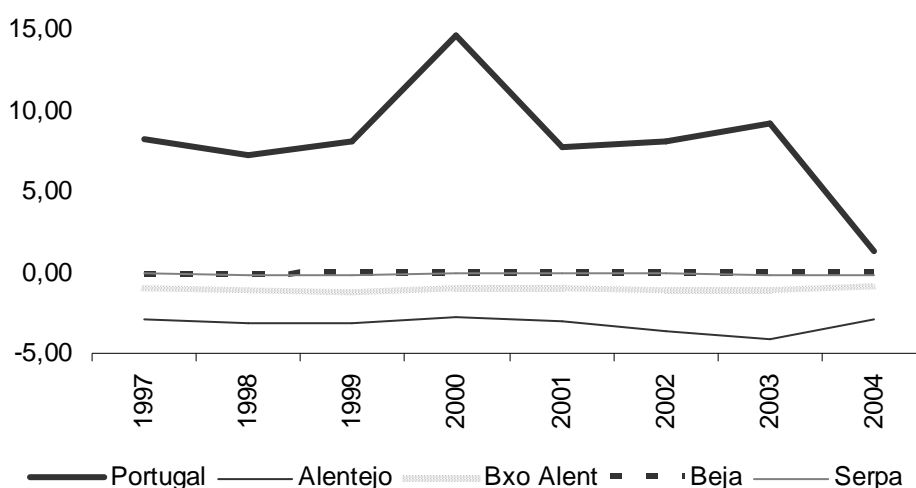


Fig. 5 - Evolução do Saldo Natural

Relativamente aos movimentos da população verifica-se que em 2001 o saldo migratório interno era negativo. A taxa de migração é ligeiramente inferior à sub-região do Baixo Alentejo e superior à do concelho de Beja.

Verificou-se também que a taxa de imigrantes provenientes do estrangeiro é ainda representativa que somada aos imigrantes provenientes de outros concelhos supera as saídas do concelho. Conclui-se assim, que as entradas e saídas praticamente se anulam.

	Portugal	Alentejo	Bxo Alent	Beja	Serpa
Pop. Que não mudou de concelho	85,67%	88,53%	89,07%	88,26%	89,74%
Proveniente de outro concelho	6,57%	5,40%	4,69%	5,75%	3,76%
Proveniente do estrangeiro	2,37%	1,50%	1,85%	1,03%	2,11%

<i>Emigrantes do concelho para outro concelho</i>	6,57%	5,21%	5,75%	6,17%	4,72%
<i>Taxa migratória interna</i>	0,00%	0,19%	-1,06%	-0,42%	-0,96%

Fig. 6 - Movimentos migratórios da população em 2001 relativos a 1995

2.1.4 População, Família e Alojamento

O concelho de Serpa na última década apesar do decréscimo da população viu aumentar o n.º de famílias em cerca de 1.6%, contrariando o decréscimo da década anterior. No entanto a dimensão média de família também tem vindo a baixar, estando equiparada com a média da região e acima da média nacional que é de 2.

Este facto acompanha o declínio da taxa de natalidade e o nº de filhos por mulher, estando a par com os valores da região.

Concelho de Serpa	1981	1991	2001
<i>População Residente</i>	20.784	17.915	16.723
<i>N.º famílias</i>	6.481	5.984	6.077
<i>Dim. média famílias</i>	3,21	2,99	2,75
<i>Famílias por alojamento (bruto)</i>	0,80	0,65	0,62
<i>Famílias por alojamento (efectivo)</i>		1,05	0,98
<i>Alojamentos clássicos</i>		6310	5970
<i>Alojamentos devolutos</i>			1074
<i>Alojamentos devolutos em ruínas</i>	7.587	1.505	59
<i>Fig. 7 - Alojamentos 2ª residência</i>	477	1.461	2.630

Evolução dos principais indicadores

Relativamente ao número de famílias por alojamento verifica-se que em valores absolutos o rácio é muito pequeno representando um excedente de alojamentos. No entanto em

valores efectivos e para os actuais residentes verifica-se que praticamente não há excedentes de fogos.

Verifica-se que os alojamentos de 2ª residência aumentaram em 80% verificando-se que a população flutuante tem muito peso no concelho. Já na década de 90 o aumento das casas de férias tinha sido muito significativo. A habitação sazonal é sobretudo fora dos aglomerados urbanos.

Actualmente não se verifica grande carência ao nível do parque habitacional e segundo dados do INE estima-se que em 2004 existiriam 9.971 fogos no concelho (mais 198 que em 2001).

Os alojamentos devolutos em 2001 têm também um peso significativo, sendo necessário criar medidas para a sua reutilização.

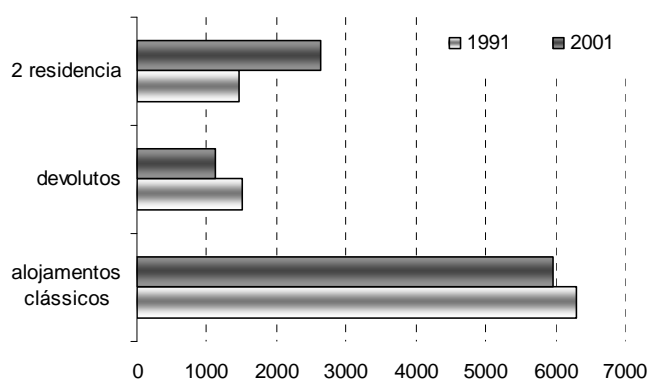


Fig. 8 - Evolução do parque habitacional

2.1.5 Actividade e Desemprego

A taxa de actividade total aumentou nestes 10 anos cerca de 3,5%. Para este acréscimo terá contribuído o aumento da TA feminina, que foi de 9.3%.

Serpa, relativamente à taxa de actividade, equipara-se com os valores da região que são inferiores à média do País.

Segundo o INE, em 2001 eram 1169 os desempregados no Concelho (7% da população total) – valores superiores à taxa nacional e até à da Região Alentejo (Portugal 3.2%, Baixo Alentejo 4.6%). Destes, 49% estavam a cargo da família (praticamente metade da população desempregada) e 29% recebiam subsídio de desemprego.

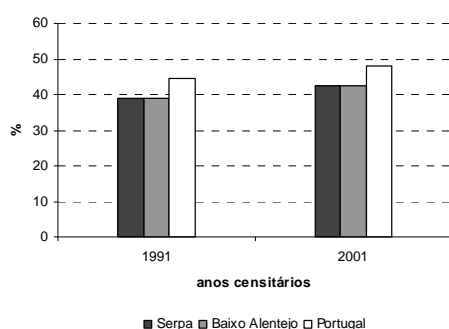


Fig. 9 – Taxa de Actividade

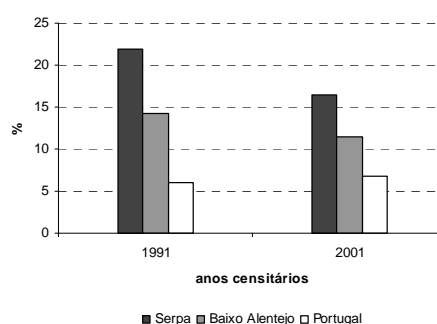


Fig. 10 – Taxa de Desemprego

Em 2003 eram 1326 os desempregados inscritos no Centro de Emprego de Moura (acréscimo de 13% relativamente aos dados dos Censos 2001). Destes, 81% encontram-se à procura de novo emprego, o que revela o impacto crescente da taxa de desemprego nesta região.

Verifica-se que 40% da população desempregada inscrita pertence ao grupo profissional de “Agricultores e Pescado”, o que poderá revelar a crise por que passa o sector primário. Os trabalhadores não qualificados representam 27% dos inscritos.

2.2 Sociais

Nos indicadores sociais, a população como base do desenvolvimento do concelho vai incidir directa ou indirectamente na dinâmica territorial do concelho e da região.

Os temas e os dados aqui abordados provêm de um modo geral do diagnóstico social elaborado no âmbito da Rede Social do concelho.

2.2.1 Índices de Dependência, População Idosa Isolada, População Pensionista

A população idosa residente tem um peso de 24%, relativamente às populações activa e jovem. Da população residente 7,6% (1284 indivíduos) tem entre 65-69 anos.

De 1991 para 2001 o decréscimo populacional foi sentido em todas as faixas etárias (0-14 anos – 23%); (15-24 anos – 17%); (25-64 anos – 5%) excepto na população idosa (população a partir dos 65 anos), que teve um acréscimo de 11%; o que reflecte o envelhecimento acentuado da população concelhia, reflexo da diminuição da taxa de natalidade, do aumento da esperança média de vida e do êxodo populacional da população activa.

Em 2001 o concelho de Serpa apresentava os seguintes índices de dependência:

⇒ Índices de dependência de idosos = 39;

⇒ Índices de dependência de jovens = 22;

⇒ Índices de dependência total = 62.

O Índice de Dependência Total é elevado, sendo que o Índice de Dependência de Idosos atinge os 39 e o dos Jovens de 22 (a população activa do concelho de Serpa é de 10.336 indivíduos, a idosa é de 4.071 indivíduos e a jovem de 2 316 indivíduos).

Segundo os Censos 2001, na Região do Alentejo vivem 15.295 idosos em lugares isolados. No Concelho de Serpa o isolamento adquire, à semelhança de outros concelhos, diferentes contornos: é o isolamento social que prevalece. Foram identificados 1186 idosos isolados (63.5% em V.N.S.Bento). Apesar da proximidade física relativamente à comunidade, os idosos são, muitas vezes, abandonados pelas famílias e pela comunidade e institucionalizados, sem salvaguarda das suas necessidades afectivas e capacidades psíquicas e físicas plenas.

Segundo os dados disponibilizados pela GNR, são 126 os idosos isolados do Concelho (mais 8 do que os identificados em 2003). A Freguesia com maior número de idosos isolados é a de Vila Nova S. Bento, com 54% do total. Em Vale de Vargo não é identificado qualquer idoso nesta situação.

Existe no concelho várias instituições de apoio, aos idosos, distribuídas por várias freguesias, quer na valência de lar e centros de dia quer na valência de apoio domiciliário. Apesar de estarem a funcionar adequadamente a capacidade de resposta é escassa. A lista de espera nos lares supera a capacidade em 25%. No apoio domiciliário a lista de espera é de cerca 24%.

No Concelho estão atribuídas 6.124 pensões. As pensões por velhice representam 66% do total das pensões, seguidas pelas pensões de sobrevivência que representam 23%. As pensões por invalidez representam 11%, sendo que os beneficiários são, na sua maioria, mulheres (à semelhança das restantes, tendo em conta a supremacia do género feminino na população idosa). As pensões de sobrevivência são também em maior número junto do género feminino (80%), o que reflecte a elevada taxa de mortalidade junto do género masculino. A média total de pensões auferidas no Concelho é de 211,45 €/mês, quantia insuficiente para os encargos acrescidos de despesas de saúde e outras.

Conclui-se nesta matéria, que as pensões são baixas, que os programas de ocupação de tempos livres são insuficientes e por vezes desadequados devido ao desconhecimento do perfil dos idosos.

2.2.2 Rendimento Mínimo Garantido/ Rendimento Social de Inserção

Segundo os dados do Diagnóstico Social, existe no concelho 21 processos RMG, abrangidos pela antiga legislação: 13 em Serpa; 4 em Vale de Vargo; 3 em Pias e 1 em Vila Verde de Ficalho.

O novo regime veio implementar o Rendimentos Social de Inserção, que abrange 421 beneficiários pelas 7 freguesias, sendo que a freguesia de Pias é a que te mais beneficiário (98) e a freguesia de Vale de Vargo com o menor número.

A baixa percentagem de beneficiários a partir dos 65 anos, em todo o Concelho, deriva do facto de a maior parte deles, auferir pensões, o que lhes impossibilita ou dificulta o acesso a este Programa (os Rendimentos superam, nalguns casos, o permitido para acesso ao subsídio). Grande parte dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção é de Etnia Cigana.

São abrangidos pelo RSI, no Concelho de Serpa, 133 agregados familiares. As famílias nucleares com filhos são as mais representativas: 46% (36,8% do total dos agregados familiares); 12,8% dos agregados são pessoas sós; 8,3% são casais sem filhos (11); 11,3% são famílias monoparentais (15) e 3% são famílias com menores a cargo.

São 117 os beneficiários em Acções de Inserção: 33% dos beneficiários com acordo de inserção têm menos de 18 anos. O que poderá reflectir a existência de acordos de inserção na área da Educação (Crianças de Etnia Cigana).

2.2.3 Habitação

O Concelho de Serpa tem cerca de 9.300 fogos, destes, cerca de 36% encontram-se devolutos ou são habitados sazonalmente. A grande maioria destas habitações encontra-se em bom e razoável estado de conservação; existindo no entanto algumas casas degradadas, essencialmente no Centro Histórico da Cidade e nas Sedes de Freguesia do Concelho. A maioria dos alojamentos do Concelho possui as infraestruturas essenciais: rede de água, rede de esgotos, rede eléctrica e instalações sanitárias. O perfil do Património Habitacional do Concelho de Serpa pode ser analisado a três níveis:

- ⇒ Ao nível do Centro Histórico da Cidade com dois tipos fundamentais de edifícios: prédios “grandes” e prédios “pequenos ou muito pequenos”, “muito degradados” (quase ruína) e “degradados”; seguindo-se os edifícios em “estado razoável de conservação” e os edifícios em “bom estado”. A população residente nesta área é uma população envelhecida e uma percentagem considerável dos edifícios tem uma ocupação ocasional/sazonal. O Centro Histórico de Serpa tem cerca de 1174 fogos, 80,1% ocupados pelo proprietário; 18% vagos; 15,2% arrendados 166 e 0,2% alojamentos colectivos;
- ⇒ Ao nível dos núcleos mais antigos das freguesias, com uma panorâmica semelhante mas melhor que a da sede de Concelho;
- ⇒ Ao nível das áreas de expansão habitacional, com edifícios em “bom” e “muito bom” estado de conservação.

Dos alojamentos familiares, 88% estão ocupados (Alentejo- 88%; Baixo Alentejo 87%). Destes, 31% são de uso sazonal ou secundário (Alentejo 22%; Baixo Alentejo 30%). Dos alojamentos familiares vagos, 5% são para demolição (59 edifícios: 3094 no Alentejo e 678 no Baixo Alentejo).

A maioria (27%) dos alojamentos clássicos ocupados como residência habitual tem 5 divisões; seguidos dos de 4 divisões (25%). Apenas 7% destes alojamentos têm 2 ou menos divisões. A média de divisões é de 4.7 por alojamento (4.5 nas Regiões Alentejo e Baixo Alentejo).

Dos alojamentos clássicos, 99% ocupados como residência habitual têm núcleo familiar a residir. A média de pessoas por alojamento é de 2.7 (também 2.7 nas Regiões Alentejo e Baixo Alentejo).

As obras de remodelação ter-se-ão verificado sobretudo nos edifícios mais antigos, quer antes de 1919 quer nas décadas de 70 e 80. Entre 1991 e 2001 verificou-se um aumento de 159 edifícios (contra o abatimento de 232 edifícios, verificado antes de 1919).

Do estudo realizado ao parque habitacional pela CMS conclui-se que:

- ⇒ Os edifícios residenciais decresceram em ambas as Freguesias, sendo Santa Maria a Freguesia que apresenta maior descida em termos absolutos;*
- ⇒ Aumentaram os edifícios, “principalmente residenciais” e os “principalmente não residenciais”;*
- ⇒ Foi na Freguesia de Salvador que a função “não residencial” mais evoluiu, facto que poderá ter a sua origem na transformação do Sector Terciário;*
- ⇒ Os edifícios diminuíram no Centro Histórico, apesar de terem aumentado na Freguesia de Salvador;*
- ⇒ A diminuição dos edifícios em Santa Maria poderá ter como origem a agregação de imóveis;*
- ⇒ Verifica-se um pequeno aumento da altura dos edifícios, principalmente em Santa Maria (3 ou 4 pavimentos);*

- ⇒ *As famílias mais numerosas diminuíram, enquanto as compostas por 1 ou 2 pessoas aumentaram;*
- ⇒ *Diminuíram as famílias sem desempregados, aumentando a % de famílias com 1 desempregado;*
- ⇒ *Envelhecimento das famílias residentes: mais famílias com idosos e menos famílias com crianças.*
- ⇒ *As maiores carências habitacionais observam-se no Centro Histórico da Cidade de Serpa e nos núcleos mais antigos das sedes de freguesia do concelho, onde se situam os edifícios mais antigos e onde o parque arrendado atinge cerca de ¼ (o que dificulta as obras de beneficiação dos edifícios), relativamente a outras zonas do Concelho – zonas de edificação mais recente.*

2.3 Educativos

2.3.1 Níveis de ensino

A Rede Escolar do Concelho de Serpa é composta por três Agrupamentos: o de Pias, o de Vila Nova de S. Bento e o de Serpa.



Fig. 11 - Distribuição geográfica dos agrupamentos escolares

Além dos agrupamentos, existe uma escola secundária (em Serpa) e a valência de ensino recorrente, com coordenação sediada na Escola Secundária de Serpa e a decorrer nos diferentes agrupamentos e em instalações cedidas pelas Juntas de Freguesia.

No sector privado, conta-se com duas Instituições Particulares de Solidariedade Social que asseguram também o Pré-Escolar. A Formação e Educação de Adultos são geralmente asseguradas pelo IEF – Centro de Emprego de Moura; pela Coordenação Concelhia do Ensino Recorrente, por uma associação de desenvolvimento local e por algumas Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Está sedeada em Serpa uma Escola Profissional de Desenvolvimento Rural, desenvolvendo cursos vocacionados para o Património, a Agricultura, a Indústria Agro-Alimentar, o Artesanato e os Ofícios Tradicionais.

2.3.2 Níveis de instrução

Os níveis de instrução da população do concelho é bastante baixa, verificando-se que cerca de 62% da população residente não tem o 9º ano de escolaridade, o que se enquadra nos valores da região do Alentejo em que a população está bastante envelhecida.

O número de habitantes sem escolaridade é também elevado (22%) sendo superior à de Portugal, mas mais uma vez enquadrado na região (20.7%).

Os habitantes a frequentar o ensino superior tem um valor muito residual, cerca de 5,5%.

Os casos de insucesso escolar verificam-se essencialmente no 3ºciclo e no 12ºano. O abandono escolar é muito significativo no 11º ano representando cerca de 37% (2005).

O número de alunos por ciclo tem vindo a aumentar no 2º e 3º ciclo e diminuindo no 1ºciclo. Situação reflexa da quebra da taxa de natalidade dos últimos anos e de toda a evolução da pirâmide etária dos últimos anos. Esta situação a par com a política educacional nacional tem levado ao encerramento de várias escolas primárias.

No entanto, relativamente ao início do período de referência verifica-se que o número de alunos matriculados diminuiu significativamente em todos os ciclos, representado uma perda global de cerca de 28%.

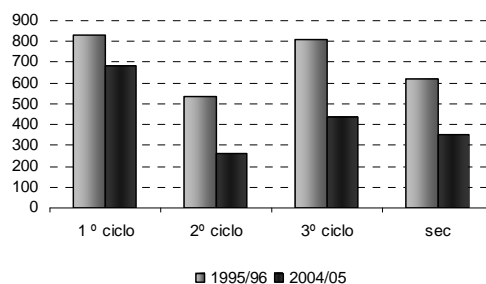


Fig. 12 – Relação do número de alunos matriculados nos anos de 1995/96 e 2004/05

2.4 Actividades Económicas

2.4.1 Sectores de Actividades

O tecido económico do Concelho de Serpa sofreu uma alteração bastante significativa na sua estrutura sectorial, marcada, nas últimas décadas, pelo predomínio da actividade agrícola tanto na produção como na comercialização e transformação.

A quebra da importância do sector primário na ocupação da população residente contrasta com o aumento dos sectores secundário e terciário, devido a um crescimento das actividades mais directamente relacionadas com o consumo, designadamente o comércio, bem como os serviços de apoio à população (a destacar as áreas da educação, idosos, saúde e administração pública). Por outro lado, importa salientar que o emprego em actividades relacionadas com o turismo (alojamento e restauração) tem vindo a registar uma importância crescente no Concelho.

Relativamente ao poder de compra concelhio e segundo estudos do INE o concelho de Serpa está abaixo dos valores Nacional e da Região Alentejo (dados de 2002):

⇒ Alentejo: 77,01

⇒ Baixo Alentejo: 67,68

⇒ Beja: 101,02

O concelho de Serpa, relativamente ao poder de compra, encontra-se abaixo dos valores de Beja, do Baixo Alentejo e da Região Alentejo, os quais têm já um índice de poder de compra inferior ao valor nacional).

No Sector Primário, as principais culturas são o olival, o trigo mole, o triticale, a cevada e o girassol. Nas actividades pecuárias o efectivo reprodutor é dominado por ovelhas, seguindo-se as aves e as vacas de carne.

O sector secundário é um sector frágil, quer em termos sectoriais, quer no âmbito regional em que se insere. A indústria e a construção detêm 17,6% das empresas com sede no Concelho, que contribuem com cerca de 20% do emprego e do volume de negócios. Dentro da indústria transformadora, são as indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco as que têm maior expressão, detendo cerca de 44,3% do total das indústrias sediadas.

No sector terciário, o comércio e serviços representam 51,6% das empresas com sede no concelho de Serpa, 45,2% do emprego e perto de 73,8% do volume de negócios. O comércio por grosso e a retalho e outros é o principal subsector, contribuindo com 59,3% das empresas, 77% do emprego e 90,6% do volume de negócios do sector.

Neste Concelho, apenas as empresas relacionadas com o alojamento e restauração e similares apresentam um volume de negócios por activo superior à média dessas empresas no Alentejo. Os valores mais elevados no volume de negócios por activo são obtidos pelas empresas relacionadas com as actividades financeiras e pelo comércio por grosso e a retalho e outros.

Serpa integra uma das seis regiões consideradas as mais desfavorecidas do País, o Alentejo. O Programa de Recuperação de Áreas e Sectores Deprimidos (PRASD) identifica o potencial turístico do Alqueva como um bom veículo para a reconversão desta realidade; situação que, por si só, desvirtua os objectivos iniciais deste investimento, que tinham por meta o desenvolvimento do sector primário da Região – a agricultura, base da economia local e um sector em crise.

No âmbito deste programa, a agricultura biológica e os produtos de marca do alentejo são também considerados iniciativas a apoiar mediante a concessão de apoios públicos.

A Base Aérea de Beja é também identificada como um potencial à captação de investimentos estrangeiros e logo ao desenvolvimento da Região.

Face ao exposto conclui-se que Serpa reúne os seguintes pontos fortes e pontos fracos, no que concerne às suas actividades económicas:

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Indústria agro-alimentar de qualidade (produção de queijo; enchidos; azeite; mel; vinho, etc.);	Mentalidade empresarial local: perfil pouco dinâmico; espírito pouco empreendedor e pouco inovador;
Pecuária extensiva;	Tendência para a criação do próprio emprego na área do comércio, nomeadamente cafés, em detrimento de outros projectos;
Pecuária raças autóctones;	Mão-de-obra pouco qualificada;
Potencial turístico (turismo potenciado pelo contexto cinegético; pelos produtos locais; pelo dinamismo cultural concelhio e pelos recursos ambientais)	Insuficiente espírito associativista / cooperativista, que culmina, muitas vezes, na dificuldade de escoamento dos produtos;
	Insuficiente divulgação / política de marketing por parte dos promotores;
	Decadência acentuada do montado de sobro e azinho;
	Qualidade da água.
	Insuficiente electrificação das zonas agrícolas Serra de Serpa e a Neta);

2.4.2 Actividades Turísticas

No concelho de Serpa existem diversos alojamentos turísticos (classificados ou não pela DGT) de diversas tipologias, capazes de oferecer os mais diversos ambientes aos seus visitantes.

EMPRESA	LOCALIDADE	CATEGORIA	Nº QUARTOS
<i>Estalagem S. Gens</i>	<i>Serpa</i>	<i>Estalagem (R)</i>	<i>16 + 2 Suites</i>
<i>Albergaria Bética</i>	<i>Pias</i>	<i>Albergaria</i>	<i>14</i>
<i>Zens Village</i>	<i>Serpa</i>	<i>Estalagem</i>	<i>7</i>
<i>Casa de Serpa</i>	<i>Serpa</i>	<i>Turismo Rural</i>	<i>6</i>
<i>Residencial Beatriz</i>	<i>Serpa</i>	<i>Pensão – Residencial 2ª</i>	<i>10</i>
<i>Casa da Muralha</i>	<i>Serpa</i>	<i>TER – Turismo Rural</i>	<i>5</i>
<i>Herdade do Topo</i>	<i>Serpa – Mte do Topo</i>	<i>TER – Agro-Turismo</i>	<i>4</i>
<i>Mte de Vale</i>	<i>Vila N. S. Bento</i>	<i>TER – Agro-Turismo</i>	<i>4</i>
<i>Perditos</i>			
<i>Mte da Portela</i>	<i>Serpa</i>	<i>Morada Turística 2ª</i>	<i>3</i>
<i>Nova</i>			

Fig. 13 - Alojamentos Turísticos classificados pela DGT (Janeiro 2005)

Entre Janeiro de 2003 e Maio de 2005, foram construídos mais dois equipamentos turísticos, num acréscimo de 13 camas.

EMPRESA	LOCALIDADE	CATEGORIA	Nº QUARTOS
<i>Residencial Serpínia</i>	<i>Serpa - Horta da Larga</i>	<i>Residencial</i>	<i>31</i>
<i>Herd. da Bemposta</i>		<i>Alojamento Particular</i>	<i>3</i>

O Casarão	Serpa	Alojamento Particular	7
Casa da Serra	Vila Verde de Ficalho	Alojamento Particular	3
Parque de Campismo	Serpa	Campismo	110 Tendas; 20 Caravanas

Fig. 14 - Outros alojamentos (Janeiro 2005)

Em 2005 os alojamentos oferecem no total cerca de 115 quartos, sendo que a maioria se localiza em Serpa.

Relativamente à taxa de ocupação dos estabelecimentos hoteleiros, em 2004 era de 31.4%, tendo baixado em relação à de 2002 que era de 39.6. A estada média por hospede era de 1.5 noites.

3 NÍVEIS DE EXECUÇÃO DO PLANO

3.1 Ocupação do solo

No concelho de Serpa e segundo o Anuário Estatístico do INE de 2005, 7% do solo é urbano, sendo superior à média do Baixo Alentejo e bastante abaixo da média da região. Relativamente às áreas de turismo não se verificam registos, e afectos aos equipamentos e parques urbanos o valor é muito residual 81 ha, sendo proporcional com a sub-região. Por último os espaços industriais no concelho equiparam-se também aos da sub-região e da região.

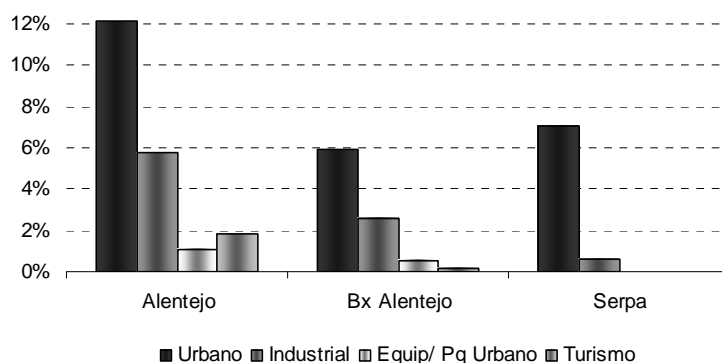


Fig. 15 - Outros alojamentos (Janeiro 2005)

3.1.1 Solo urbano

De acordo com o PDM de Serpa, ratificado pelo RCM n.178/95 de 26 de Dezembro, as classes e categorias de espaço que integram o solo urbano e destinam-se essencialmente a habitação, comércio, serviços, equipamentos e indústria, assim como a áreas verdes de protecção.

A soma das áreas integradas em solo urbano no concelho corresponde a 7% da área total, sendo que a maioria se concentra na zona norte do concelho.

	<i>Brinches</i>	<i>Pias</i>	<i>Salvador</i>	<i>Sta Maria</i>
<i>Área da Freguesia - ha</i>	934,9	1619,3	2937,4	1513,4
<i>Área dos Aglomerados - ha</i>	<i>Brinches</i> 63,17	<i>Pias</i> 112,43 <i>Orada</i> 5,36	<i>Serpa (1/2)</i> 187,05 <i>Sta iria</i> 15,3 <i>Vales mortos</i> 32,06 <i>Vale do poço</i> 4,27	<i>Serpa (1/2)</i> 187,05
<i>subTotal</i>	63,17	117,79	238,68	187,05

	<i>Vale de Vargo</i>	<i>V N S Bento</i>	<i>Vila Verde Ficalho</i>
<i>Área da Freguesia - ha</i>	582,9	2431,9	1045,6
<i>Área dos Aglomerados - ha</i>	<i>V. Vargo</i> 50,22	<i>VNS Bento</i> 98,1 <i>A do Pinto</i> 21,34	<i>VV Ficalho</i> 70,98
<i>subTotal</i>	50,22	119,44	70,98

Fig. 16 - Área dos aglomerados urbanos por freguesia

O PDM de Serpa remete em geral para a necessidade de elaboração de planos municipais de ordenamento do território ou loteamentos e execução de infraestruturas nos espaços urbanizáveis definindo um regime de edificabilidade através dos art. 24 e 27.

Da breve análise efectuada ao período de vigência do plano constata-se que foram aprovados 4 planos de pormenor, 5 encontram-se em elaboração, e foram executados vários loteamentos urbanos e industriais.

Como é comum em muitos concelhos, o município teve muita dificuldade em executar alguns dos planos previstos, pela sua falta de eficácia e pela ausência de mecanismos de perequação. Assim a ocupação dos diversos espaços urbanos do plano foi feita caso a caso, por estudos de conjunto ou pela execução de loteamentos. Contribuíram em muito os estudos prévios ou as propostas de ocupação dos planos em curso que serviram de documentos orientadores para a estruturação urbana, apesar de não terem carácter vinculativo.

A grande pressão urbanística surge nos espaços urbanos nas ANE's (áreas não estruturadas) e nos espaços urbanizáveis, com o intuito de criar bairros novos com novas tipologias habitacionais, reforçando o abandono dos cascos históricos e o aumento do número de alojamentos devolutos.

Da análise aos perímetros urbanos delimitados no PDM vigente constata-se que o nível de execução nos espaços urbanizáveis é baixa. Esta situação surge pela falta de eficácia dos planos de pormenor previstos para as áreas urbanizáveis. O grande preenchimento urbano deu-se essencialmente ao nível dos espaços urbanos.

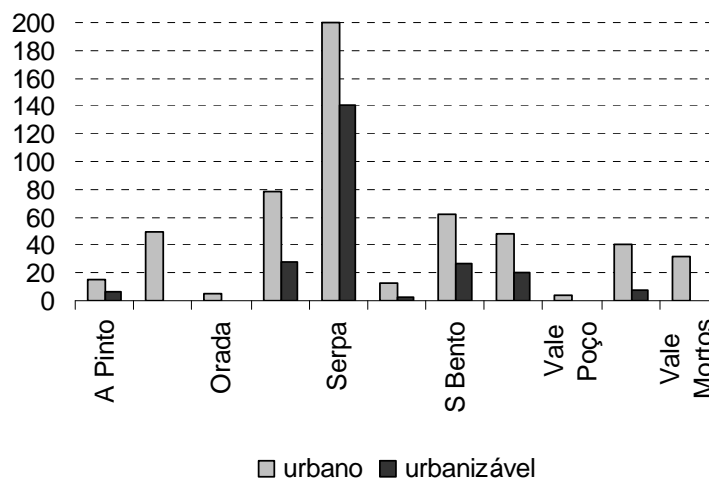


Fig. 17 – Área afectada aos espaços urbanos e urbanizáveis

Inseridos também em solo urbano estão os espaços industriais previstos em quase as todas as freguesias nos aglomerados de Serpa, Brinches, Pias, S Bento, Ficalho e Vale de Vargo.

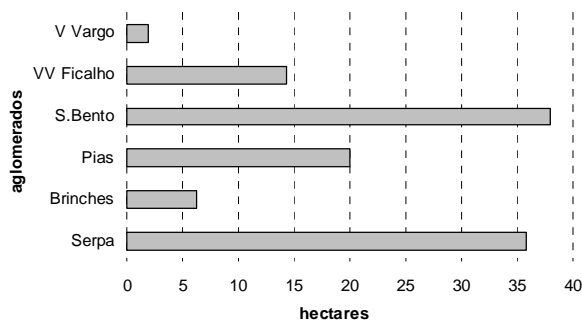


Fig. 18 - Área dos Espaços industriais previstos em PDM

O Espaço industrial de Pias, designado de zona de actividades económicas encontra-se em projecto.

O de Vila Nova de S. Bento, também designado por zona de actividades económicas, tem plano de pormenor eficaz e destinado às pequenas e médias indústrias. Actualmente está completamente lotada.

A cidade de Serpa tem dois espaços industriais. Um, na zona norte designada como zona de armazéns, tem 13 lotes e está toda preenchido. O outro, na zona poente, vocacionada para a instalação de pequenas e médias indústrias, possibilitando também a instalação de armazéns e oficinas. Este terá no total 47 lotes, estando já a primeira fase (24 lotes) concluída e ocupada. Tem também plano de pormenor eficaz desde 1996.

O PDM vigente define regras próprias para os espaços industriais no art.º33, seja na execução de instrumentos urbanísticos seja na execução de lotes individuais. As indústrias que poderão se localizar em solo rural também se regem por estas regras.

3.1.2 Solo Rural

De acordo com o PDM de Serpa as classes e categorias de espaços que integram o solo rural, em função do uso dominante desenvolvido são, de um modo geral, áreas em que

lhes é reconhecida a vocação para as actividades agrícolas, pecuárias, florestais ou minerais integrando também os espaços naturais.

A proposta de ordenamento do concelho visa atingir o desenvolvimento sustentado deste, impedindo a degradação dos recursos naturais, definindo para o ordenamento biofísico do concelho as seguintes classes e categorias de espaços: espaços agrícolas, espaços agro-silvo-pastoril (áreas agro-silvo-pastoril, áreas florestais), espaços culturais e naturais (áreas da estrutura biofísico fundamental, áreas culturais), espaços para indústria extractiva e espaços canais.

A edificabilidade quando permitida, é comum a qualquer classe ou categoria de espaço, sendo bastante permissiva nos seus parâmetros urbanísticos (art.18º). Não é definida a dimensão mínima de parcela.

Afecto ao solo rural estão as áreas que integram solos afectos à RAN e REN (analizados em capítulo próprio). Ao longo de todo o período de vigência do plano foram apresentados à autarquia vários pedidos de edificabilidade para construção nova, sem no entanto serem de uma incidência relevante. A maior pressão para a construção surge nos espaços agrícolas contíguos aos aglomerados urbanos, evidenciado alguma pressão para a dispersão da construção. No entanto o município tem tentado travar esta tendência sem no entanto ter suporte jurídico do PDM vigente.

Da avaliação sucinta ao período de vigência do plano conclui-se que:

- ⇒ A edificabilidade em espaço rural não é um problema, pois adequa-se as pretensões gerais da população;*
- ⇒ A REN e a RAN apresentam diversas vezes incompatibilidades cartográficas e algum excesso de delimitação;*
- ⇒ Índices de construção demasiado permissivos junto aos aglomerados;*
- ⇒ Conceitos demasiados genéricos para as medidas a adoptarem para os diversos espaços em solos rural;*

⇒ *Indefinição da dimensão mínima de parcela para as diferentes classes e categorias de espaço.*

Actualmente considera-se o solo rural como um recurso gerador de muitas actividades económicas a manter ou a preconizar no território para a garantia da permanência humana e da manutenção destes espaços. Com o intuito de combater o despovoamento do concelho sobretudo no sul é fundamental repensar o ordenamento e a ocupação nestas áreas valorizando as suas riquezas naturais e culturais.

3.2 Evolução da construção

A avaliação da evolução da construção e dos compromissos urbanísticos para o concelho é fundamental para entender a dinâmica urbanística e económica do município ao longo dos anos de vigência do plano.

3.2.1 Pressão urbanística

Durante os anos de vigência do plano houve diversos pedidos de viabilidade e de informação prévia, pedidos de desafectação da RAN entre outros, demonstrativos das intenções e pressões por parte dos munícipes e promotores. No entanto e comparativamente com outras regiões essa pressão não é muito significativa, tendo maior incidência nas imediações dos perímetros urbanos uma vez que o próprio PDM dá alguma abertura neste sentido.

Dos pedidos de destaque aprovados, num total de 123, a maioria localizava-se dentro dos perímetros urbanos, apenas 7 foram autorizados em solo rural.

Existe actualmente uma grande pressão para construir nos espaços urbanizáveis dos aglomerados maiores à qual o município tenta dar resposta através da implementação de PMOT's e de loteamentos municipais.

3.2.2 Licenças de Obra concedidas pela Câmara

Os compromissos urbanísticos quer a nível de obras particulares quer do estado assumem forma juridicamente aceite, um direito adquirido após despacho de aprovação do projecto e da emissão da respectiva licença de obra.

Para uma melhor compreensão do crescimento do parque edificado no concelho realizou-se uma análise ao período compreendido entre 1997 e 2004, comparando com os dados relativos a Portugal, à região e com a cidade sede distrital – Beja.

	Portugal		Alentejo		Baixo Alentejo		Beja		Serpa	
	Habitação	Outros	Habitação	Outros	Habitação	Outros	Habitação	Outros	Habitação	Outros
1997	35.544	8.333	1.937	662	338	156	82	7	35	9
1998	39.888	8.386	2.220	674	462	135	102	16	39	10
1999	44.074	8.020	2.604	687	549	180	155	22	50	18
2000	42.632	7.506	2.483	671	501	183	120	21	51	32
2001	41.042	7.646	2.193	636	492	146	100	26	55	15
2002	40.578	7.784	3.786	1.151	580	184	86	19	42	10
2003	35.695	6.923	3.093	1.107	455	198	85	35	31	9
2004	32.351	6.602	3.118	1.010	502	150	83	28	43	22

Fig. 19 - Licenças para construção nova emitidas pelas câmaras municipais

Do total das licenças concedidas, em todos os itens analisados, verifica-se que de um modo geral cerca de 80% das licenças são para edifícios habitacionais. No concelho de Serpa os anos de 2000 e 2004 têm um comportamento ligeiramente diferente, provavelmente referindo-se à construção de novos equipamentos.

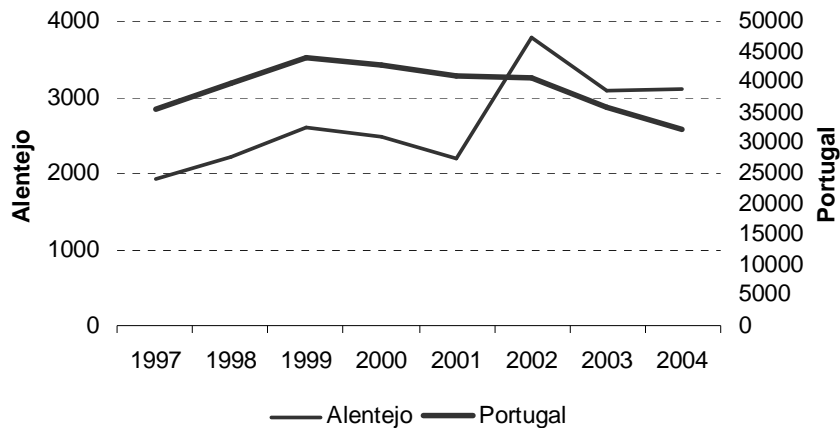


Fig. 20 - Evolução das licenças concedidas para edifícios habitacionais novos, Portugal e Alentejo

Verifica-se que ao longo do período em análise, em Portugal, existe um pico de crescimento em 1999 com um ligeiro decréscimo para 2000, diminuindo acentuadamente até 2004.

Já na região do Alentejo o grande pico é em 2002, contrariando o comportamento a nível Nacional que se mantêm estável neste período.

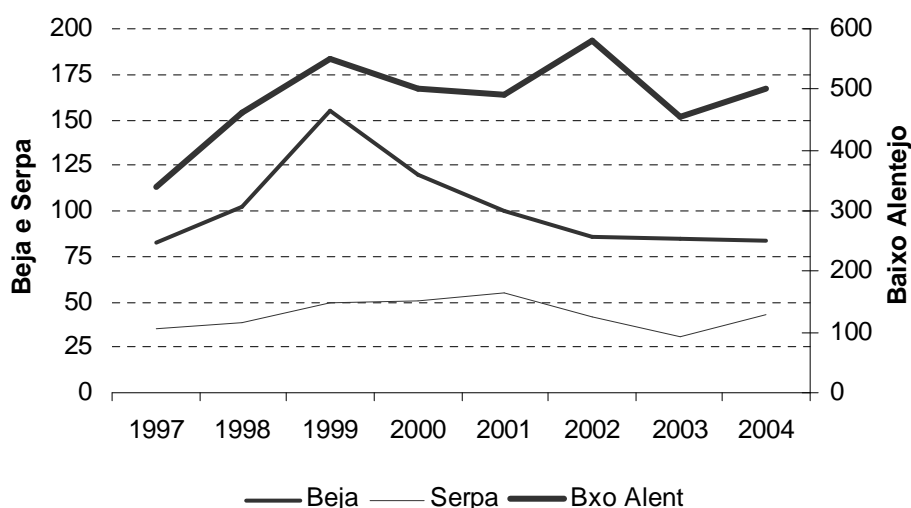


Fig. 21 - Evolução das licenças concedidas para edifícios habitacionais novos, Baixo Alentejo, Beja e Serpa

O comportamento da região do Alentejo confirma-se na sub-região do Baixo Alentejo mantendo-se o pico no ano de 2002. Já nas cidades de Beja e Serpa o comportamento é bastante diferente. Verificando-se mesmo uma grande quebra na construção.

Importa também analisar quantos fogos novos surgem com os edifícios novos, Pretende-se perceber a tipologia da habitação no que respeita ao nº de fogos por edifício.

	Portugal	Alentejo	Bxo Alent	Beja	Serpa
1997	96.089	3.067	547	255	35
1998	108.679	3.593	789	338	39
1999	119.505	4.277	929	459	50
2000	115.205	4.339	917	381	51
2001	106.234	3.827	810	344	60
2002	101.266	6.939	1.219	299	121
2003	79.051	4.659	614	188	31
2004	73.740	4.955	679	140	67

Fig. 22 - Evolução do número de fogos ntre 1997 e 2004

Contrariamente à média Nacional, no concelho de Serpa a maioria das novas construções para a habitação corresponde a um fogo. É excepção os anos de 2002 e 2004 em que houve um aumento significativo da habitação colectiva.

Provavelmente coincide com a aprovação do planos de pormenor da zona poente de Serpa em Maio de 2000, que veio permitir a construção de habitação colectiva com repercussões em 2002.

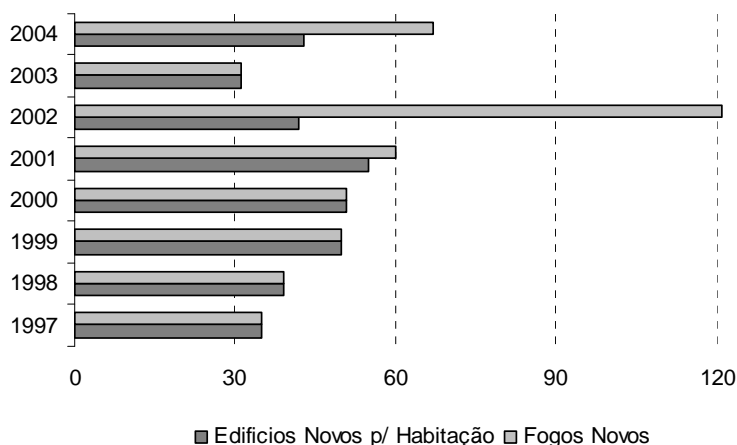


Fig. 23 – Relação entre os edifícios novos e o nº de fogos novos por cada ano, em Serpa

Também a permanente descida desde 1992 das taxas de juros (Euribor) veio fomentar a construção da habitação colectiva facilitando a colocação de novos fogos no mercado. Verifica-se que as descidas das taxas de juro conseguem acompanhar ao aumento da construção até 1999. No entanto este cenário não se repete nos anos seguintes, especialmente a partir de 2001 em que outros factores influenciaram a queda da construção. Verifica-se mesmo que o ano em que houve menos construção a nível nacional foi o ano em que a taxa de juro foi a mais baixa de há muitos anos para cá.

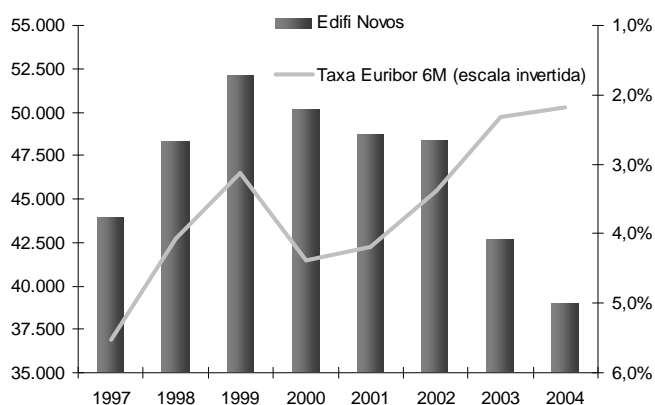


Fig. 24- Relação dos Edifícios Novos (Portugal) e as taxas de juro.

3.2.3 Loteamentos

A operação de loteamento urbano surge da necessidade jurídica para alteração cadastral dos prédios rústicos e urbanos, permitindo um ordenamento ou reordenamento do território. Os loteamentos têm a capacidade de produzir grandes impactos da presença e da actividade humana na paisagem.

O PDM de Serpa prevê no seu regulamento a necessidade de realizar operações de loteamento ou PP para as zonas de expansão urbana ou zonas industriais.

Durante o período de vigência, foram realizados vários loteamentos nos diversos aglomerados urbanos do concelho estejam eles abrangidos por PP's ou não.

Segundo inventário realizado aos alvarás de loteamentos emitidos durante o período de análise verificou-se que a maioria correspondiam a espaços urbanos e de pequena dimensão, quase de preenchimento de espaços intersticiais da malha urbana. Apenas 18.5% dos lotes criados correspondem a loteamentos em espaço urbanizável e todos em Vila Nova de Bento e 57.5% do total correspondem a lotes implantados na Cidade de Serpa. Os loteamentos possibilitaram a implantação de 428 fogos.

Verificou-se que os aglomerados de A do Pinto, Mina de Orada, Sta Iria e Vale do Poço não tiveram novos loteamentos durante este período.

3.3 Planos

O PDM vigente foi alterado recentemente pelo RCM de 172/2005 devido à aprovação do PP de Vila Nova de S. Bento. Encontra-se a decorrer há já vários anos uma alteração de pormenor ao plano abrangendo sobretudo os índices urbanísticos.

Ainda durante este período de vigência foram ratificados três planos de pormenor que alteraram pontualmente o PDM (RAN, REN, perímetro urbano e Índices urbanísticos)

Ao nível dos Planos Especiais e Regionais o concelho é abrangido por vários planos publicados durante o período em análise, dos quais surgem um conjunto de directivas para o PDM, nomeadamente:

⇒ *Plano de Ordenamento do Parque Natural do Vale do Guadiana – RCM 161/2004;*

Este plano eficaz desde 10 de Novembro de 2004, não altera as directivas do PDM, e surge da necessidade de definir regras de ocupação do território que se adequem à protecção das espécies da fauna e flora e de todos os equilíbrios ecológicos.

⇒ *Plano de Ordenamento da Albufeira de Alqueva e Pedrógão – RCM nº94/2006, de 04 de Agosto;*

⇒ *Plano de Ordenamento da Albufeira de Enxoé;*

O Plano de Ordenamento da Albufeira de Enxoé encontra-se em fase de publicação e veio definir as regras de utilização do plano de água e da zona de protecção da albufeira, valorizando todos os seus recursos naturais numa perspectiva dinâmica e interligada.

Para além dos princípios de conservação da natureza, o plano prevê a melhoria da qualidade da água, a possibilidade de ampliação das edificações para a instalação de TER e um parque de campismo rural com uma capacidade para 30 tendas.

Ao nível dos PMOT's, o regulamento do PDM de Serpa prevê no anexo II um conjunto de áreas sujeitas a planos de nível inferior delimitadas nas plantas de ordenamento dos aglomerados urbanos. É através da implementação destes planos que seria possível concretizar as directivas para os espaços urbanizáveis e industriais.

Estavam previstas 29 UOPG's e apenas 4 foram publicadas e 5 estão em elaboração. O grande impedimento na implementação das UOPG relaciona-se com a forma como estão inadequadamente organizadas em termos de dimensão e no seu relacionamento com a estrutura fundiária.

<i>Aglomerado</i>	<i>UOPG</i>	<i>Situação à data de publicação do PDM</i>	<i>Situação Actual</i>	<i>Observações</i>
<i>Serpa</i>	<i>PGU</i>	<i>Alteração</i>	<i>Decl. da DGOT de 11/02/1992</i>	
	<i>PRUCHS</i>	<i>Não aprovado</i>	<i>Sem evolução</i>	
	<i>Zona industrial</i>	<i>Execução</i>	<i>Portaria 46/96 de 16/02</i>	
	<i>UP1</i>	<i>Proposto PP</i>	<i>Em elaboração, PP da Zona Norte de Serpa</i>	
	<i>UP2</i>	<i>Proposto PP</i>	<i>Em elaboração, PP da Zona Sul de Serpa</i>	
	<i>UP3</i>	<i>Proposto PP</i>	<i>RCM 33/00 de 19/05</i>	<i>Alterou os índices do PDM</i>
	<i>UP4</i>	<i>Proposto PP</i>	<i>Sem evolução</i>	
	<i>UP5</i>	<i>Proposto PP</i>	<i>Sem evolução</i>	
<i>A do Pinto</i>	<i>UP1</i>	<i>Proposto PP</i>	<i>Sem evolução</i>	
<i>Brinches</i>	<i>UP1</i>	<i>Proposto PP</i>	<i>Sem evolução</i>	
	<i>UP2</i>	<i>Proposto PP</i>	<i>Sem evolução</i>	
	<i>UP3</i>	<i>Proposto PP</i>	<i>Sem evolução</i>	
	<i>UP4</i>	<i>Proposto PP industrial</i>	<i>Sem evolução</i>	
<i>Mina de Orada</i>	<i>AP</i>		<i>PP em elaboração</i>	
<i>Pias</i>	<i>PU</i>	<i>Proposto PU</i>	<i>Sem evolução</i>	

	UP1	Proposto PP	Em elaboração, PP da Eira das Máquinas	
	UP2	Proposto PP	Sem evolução	
	UP3	Proposto PP industrial	Sem evolução	
Sta. Iria	UP	Proposto PP	Em elaboração, Loteamento Municipal	
Vale do Poço	AC		Sem evolução	
Vale Vargo	UP1	Proposto PP	Sem evolução	
	UP2	Proposto PP industrial	Sem evolução	
Vales Mortos	UP1	Proposto PP	Sem evolução	
V N S Bento	UP1	Proposto PP industrial	RCM 172/05 de 7/11	Alterou a REN e a RAN
	UP2	Proposto PP	Sem evolução	
	UP3	Proposto PP	Em elaboração, PP da Zona dos Brejos	
V Verde de Ficalho	UP1	Proposto PP	Sem evolução	
	UP2	Proposto PP	Sem evolução	
	UP3	Proposto PP	RCM 15/01 de 16/02	Alterou a REN e o perímetro urbano
	UP4	Proposto PP	Sem evolução	

Fig. 25 - UOPG's previstas no PDM, (anexo II do regulamento), situação actual

3.4 Áreas de aptidão turística

As áreas de aptidão turística, apesar de não haver nenhuma delimitada na actual planta de ordenamento, a implementar no concelho regem-se pelo art. 27º.

As áreas de aptidão turística consagradas no actual regime jurídico referem-se a áreas que se inserem em espaços agrícolas, florestais ou naturais desde que compatíveis com as condicionantes biofísicas. Congregam a interacção de alguns objectivos locais ou regionais com diferentes valências desde a conservação da natureza ao desenvolvimento económico e cultural.

A Barragem de Enxoé perto de Vale Vargo, a Barragem de Pedrógão que tornou o lugar de Mina de Orada uma aldeia ribeirinha e a própria Barragem do Alqueva, veio trazer muito recentemente grandes oportunidades turísticas para o concelho. Poderão aqui criar-se grandes condições para o desenvolvimento de áreas de aptidão turística ligadas essencialmente com o turismo de natureza e com o património arquitectónico e arqueológico.

Importa realçar também a integração de uma parte da zona sul do concelho no Parque Natural do Vale do Guadiana em que valoriza o património natural do concelho, e o facto do concelho ser todo ele, a poente, banhado pelo Rio Guadiana, rio este de uma beleza inigualável.

O inventário dos estabelecimentos turísticos foi já abordado no descritor das actividades económicas, no entanto importa realçar que durante o período de vigência do plano houve um aumento de 38.5% no número de camas no concelho o que representa algum desenvolvimento turístico. No entanto está muito aquém do previsto para o Horizonte do Plano (HP) que previa um crescimento na ordem dos 650%.

	Nº de Camas
1991	166
HP PDM	1150

2005 | 230

Fig. 26 - Nº de camas, concelho de Serpa

3.5 Equipamentos de Utilização Colectiva

Face ao regime legal aplicável os grandes equipamentos de utilização colectiva deveriam ser definidos em sede de plano sectorial (art. 35 do DL310/03 de 10 de Dezembro). Na falta deste surgem em resultado de protocolo de colaboração entre a autarquia, a administração central promotores privados ou públicos.

O PDM vigente previa no seu relatório e planta de ordenamento dos aglomerados um conjunto de equipamentos a serem realizados durante a vigência do plano. Do breve levantamento realizado apurou-se que a maioria dos equipamentos previstos foram executados estando ainda alguns, em fase de projecto.

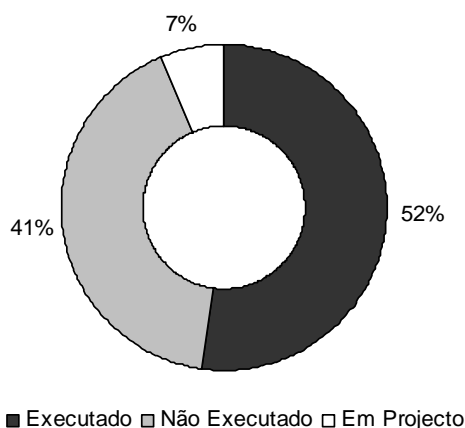


Fig. 27 - Relação dos equipamentos executados durante a vigência do plano

	Executado	
	Sim	Não
Serpa		
Finanças	X	
Escola Primária 3 salas		

<i>Campo da Feira</i>	X	
<i>Anfiteatro</i>	X	
<i>Parque Urbano</i>		X
<i>Tempos Livres</i>		X
<i>Lar / 2 centros de dia</i>		X
<i>Pista de Atletismo</i>		X
<i>Piscina Coberta</i>	X	
<i>Hospital</i>		X
<i>Brinches</i>	<i>Sim</i>	<i>Não</i>
<i>Creche para 20 crianças</i>		X
<i>Centro de Dia/lar de 3ªidade</i>	X	
<i>Campo da Feira</i>	X	
<i>Ampliação do cemitério</i>	X	
<i>Campo de pequenos jogos</i>	X	
<i>Pias</i>	<i>Sim</i>	<i>Não</i>
<i>Piscina Descuberta</i>		X*
<i>Centro de dia</i>		
<i>EB23</i>	X	
<i>Campo da Feira</i>		X
<i>Ampliação do cemitério</i>	X	
<i>Casa Mortuária</i>	X	
<i>Creche para 40 crianças</i>		X
<i>Sta. Iria</i>	<i>Sim</i>	<i>Não</i>

<i>Campo de Grandes Jogos</i>		X
<i>A-do-Pinto</i>	<i>Sim</i>	<i>Não</i>
<i>Centro cultural</i>	X	
<i>Capela</i>	X	
<i>Campo de grandes jogos</i>	X	
<i>Polidesportivo</i>		X
<i>Vale Vargo</i>	<i>Sim</i>	<i>Não</i>
<i>Campo de feira</i>		X
<i>Centro de Dia</i>	X	
<i>Complexo Desportivo</i>	X	
<i>Melhoramento da escola primária</i>	X	
<i>Extensão do centro de saúde</i>		X
<i>Vila Nova de São Bento</i>	<i>Sim</i>	<i>Não</i>
<i>Centro de Dia</i>		X*
<i>Campo de Pequenos Jogos</i>	X	
<i>Piscina descoberta</i>		X*
<i>Creche</i>		X
<i>Ampliação da extensão do centro de saúde</i>		X
<i>Ampliação do mercado</i>		X
<i>Vila Verde de Ficalho</i>	<i>Sim</i>	<i>Não</i>
<i>Creche</i>	X	
<i>Escola primária (para tirar a da rossio)</i>		X
<i>Centro de dia</i>	X	

<i>Polidesportivo</i>	X	
<i>Centro cultural</i>	X	
<i>Campo da feira</i>		X
<i>Sanitários públicos</i>		X
<i>Ampliação do cemitério</i>	X	

**em projecto*

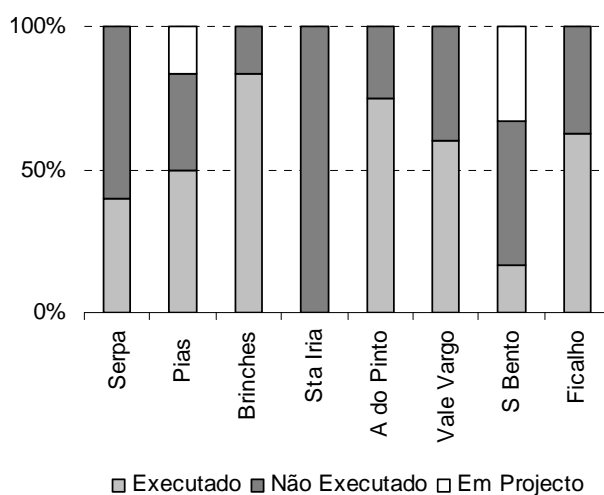


Fig. 28 - Relação dos equipamentos executados durante a vigência do plano por freguesia.

Verifica-se também que os equipamentos executados abrangem equitativamente, de um modo geral, todas as valências.

3.6 Acessibilidades

Com o desenvolvimento económico das últimas décadas, tem-se vindo a detectar um acréscimo de dificuldades no que se refere ao sistema viário e de transportes. Cada vez mais se sentem todos os impactos negativos provocados pelo violento acréscimo do parque automóvel

Sendo objectivo principal da revisão do PDM a actualização da resposta face aos problemas surgidos com o desenvolvimento do concelho, será de toda a importância em sede de revisão do PDM considerar a:

- ⇒ Actualização do sistema viário e de transportes, com vista a uma maior articulação destes;*
- ⇒ Identificação das redes estruturantes numa perspectiva supra-municipal;*
- ⇒ Colmatação das carências e desenvolvimento dos potenciais encontrados;*
- ⇒ Estudo das áreas de crescimento urbano e industrial, para melhor adequar a resposta viária e de transportes.*

Neste sentido torna-se pertinente efectuar uma breve avaliação das diferentes infraestruturas viárias existentes em Serpa.

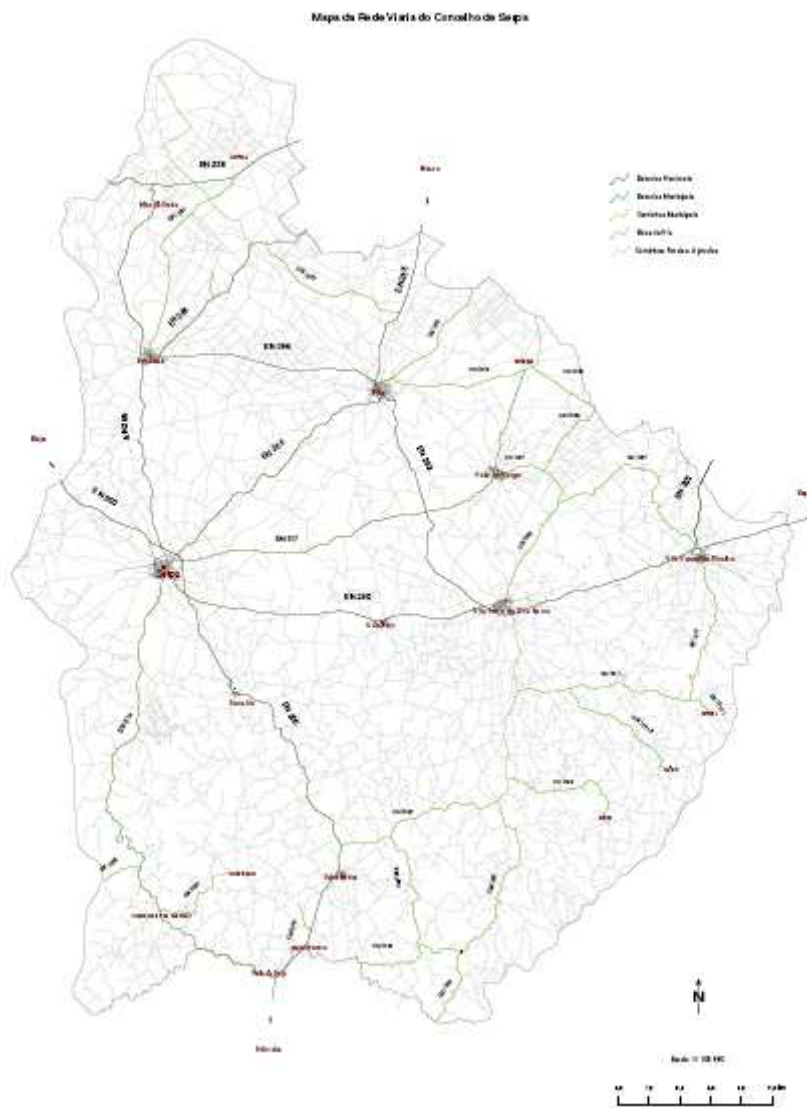


Fig. 29 – Mapa de estradas do concelho.

3.6.1 Rede Rodoviária

A rede rodoviária do concelho é composta por um feixe de estradas centradas em Serpa, ligando esta a todas as sedes de freguesia. Deste destaca-se com maior importância o

IP8, que atravessa o concelho transversalmente no sentido nascente poente e faz ligação com Espanha

O PDM vigente apresenta já o enquadramento no plano rodoviário nacional mas ao abrigo do DL 380/85. Neste estava previsto a desclassificação das EN's 258, 265, 385, 386, 391, e 392 numa extensão de 104 km.

As acções previstas no PDM, da competência do município, foram de um modo geral executadas, sobretudo as que abrangiam a rede primária e secundária.

A estrada que necessita urgentemente de beneficiação é a EN265 no troço entre Sta Iria e Vales Mortos, que apesar de pertencer à rede secundária, permite a ligação a Mértola sede do município vizinho, que por isso ainda tem um tráfego significativo.

3.6.2 Rede Ferroviária

As infraestruturas ferroviárias do Alentejo são constituídas pela linha do sul e pela linha do Alentejo. A linha do sul atravessa a região no eixo norte sul. A linha do Alentejo atravessa a região transversalmente e ramifica-se na estação da Casa Branca, no ramal de Beja. Este pertence à rede complementar. O ramal de Moura que atravessa o concelho de Serpa com estação em Brinches e Pias encontra-se desactivado desde 1990.

Segundo o plano estratégico de ecopistas este ramal com uma extensão de 59 km está integrado na rede natura 2000 – Guadiana, havendo já um conjunto de intenções entre a Refer e a autarquia para o desenvolvimento do projecto

Neste sentido, considera-se a servidão imposta pelos caminhos-de-ferro nula.

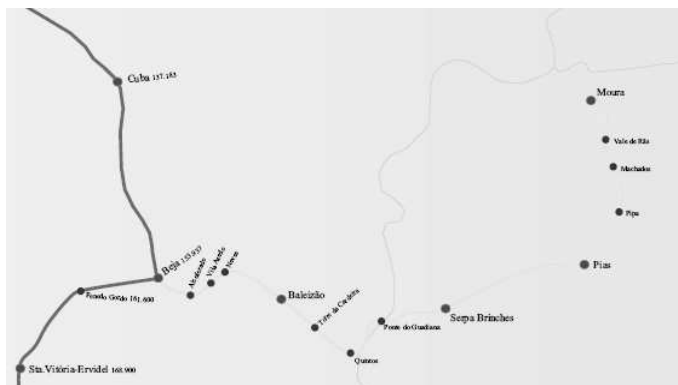


Fig. 30 - Ramal de Moura, rede secundária, (in site Refer, 2003)

3.6.3 Transportes Públicos

O transporte escolar no concelho de Serpa é assegurado pela autarquia e são beneficiários os alunos do ensino básico e secundário (oficial, particular ou cooperativo) que residam a mais de 3 ou 4 km dos estabelecimentos de ensino, quer estes tenham ou não refeitório. São ainda contemplados os alunos que tenham sido matriculados compulsivamente em escolas situadas fora da área da sua residência.

No ano lectivo 2005-2006 a Câmara Municipal de Serpa assegura o transporte escolar dos alunos do concelho com 39 circuitos diários, sendo 11 circuitos efectuados pela Rodoviária do Alentejo – S.A (441 alunos transportados), 21 circuitos por particulares (72 alunos transportados) e 7 circuitos por veículos camarários (44 alunos transportados). No ano lectivo anterior eram menos 3 circuitos.

Conclui-se que actualmente as carreiras escolares dão resposta às necessidades do concelho e o método para a sua programação tem se mostrado eficaz.

Relativamente aos transportes públicos estes são assegurados pela Rodoviária do Alentejo e verifica-se que todos os aglomerados populacionais são servidos com vários circuitos internos. Também existem vários circuitos de ligação entre as sedes de concelho vizinhos. Os vários horários existentes vão variando durante o ano dependendo dos horários escolares.

A Rede de Expressos também serve o concelho diariamente duas vezes por dia, o que permite fazer a ligação pelo menos com quase todas as capitais de distrito.

3.7 Infraestruturas Eléctricas e Telecomunicações

3.7.1 Rede Eléctrica

Durante a vigência do plano houve a separação jurídica das empresas concessionárias da energia eléctrica em Portugal. Assim, as linhas de Alta e Muito Alta Tensão (superiores a 60 KV) são da competência da REN (Rede Eléctrica Nacional) e as linhas de Baixa e Média Tensão (inferiores a 60Kv) são da competência da EDP, o que para análise detalhada deste descritor será necessário consultar as duas entidades.

Os estudos do PDM vigente concluíram que o concelho de Serpa não necessitava de outra subestação para além da existente (subestação de Serpa) contabilizando já com o crescimento da população para o horizonte do plano.

Actualmente, o concelho não é atravessado por nenhuma linha de alta tensão, sendo a mais próxima a norte do concelho e que serve a estação hidroeléctrica do Alqueva (linha 4037). No PDM vigente não estavam previstos espaços canais para as redes de alta tensão.



Fig. 31 - Extracto da carta da Rede Eléctrica Nacional (in site da REN- Julho 06)

O consumo de energia eléctrica de alta tensão tem vindo sempre a aumentar desde 1997 com uma grande acentuação em 2002, abrandado o ritmo em 2003 e 2004, baixando mesmo no sector secundário. Comparando estes dados com os dados da construção verifica-se que os anos de valores mais elevados coincidem no ano de 2002.

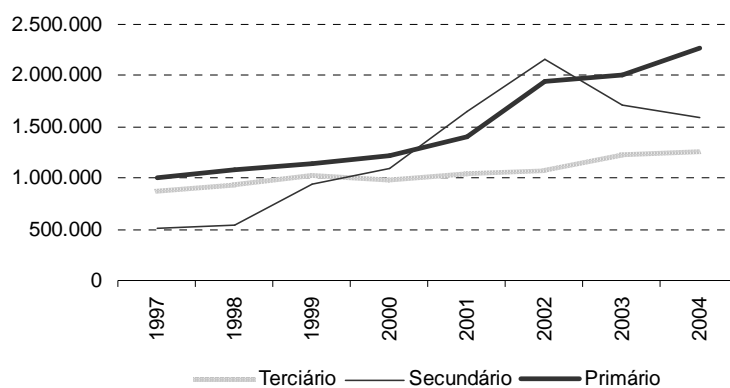
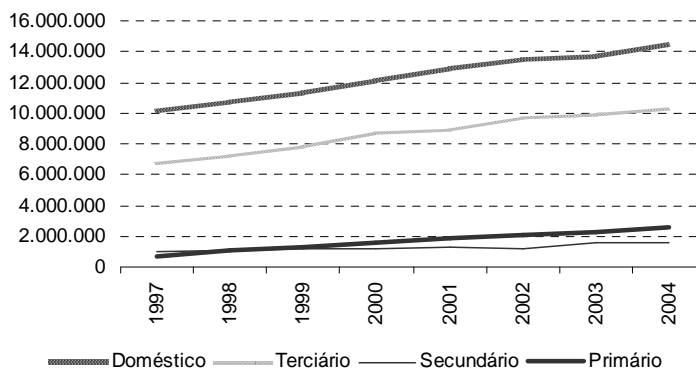


Fig. 32 - Consumos de Energia Eléctrica (KV) por sectores de actividade (Alta Tensão) (dados do INE)

No se refere à distribuição, da responsabilidade da EDP, as infraestruturas de base são executadas pelos promotores privados no caso dos loteamentos ou pela CM de Serpa nas obras de iniciativa municipal. No período de vigência as redes instaladas referem-se às obras novas quer nos novos bairros residenciais quer nas zonas industriais.

O consumo de energia eléctrica no concelho de Serpa tem vindo sempre a aumentar desde 1997 com menor incidência no sector secundário em que o aumento é muito ligeiro.



*Fig. 33 - Consumos de Energia Eléctrica (KV) por sectores de actividade (Baixa Tensão)
(dados do INE)*

O aumento do consumo doméstico está directamente relacionado com o aumento de número de fogos em edifícios de habitação colectiva e com aumento do comércio, serviços e restauração associados.

No âmbito do PDM não é necessário assegurar espaços canais para a rede pública (média e baixa tensão), no entanto e com o intuito de melhorar a paisagem urbana e rural dever-se-ia equacionar a definição das condicionantes necessárias para minorar os impactos negativos provocados pelo atravessamento destas infraestruturas.

3.7.2 Rede Telefónica

A rede telefónica em Serpa actualmente serve cerca de 40% dos fogos existentes no concelho. No entanto, considerando apenas os fogos clássicos conclui-se que cerca de 68% têm telefone instalado.

O aumento das instalações telefónicas no concelho foi apenas de 1.1%, valor muito residual para as expectativas geradas pelo avanço da tecnologia, sobretudo pela melhoria da própria rede passando progressivamente de digital para analógica. Na região do Alentejo essa evolução é bastante notória assim como em Beja. Este facto verifica-se quer nos telefones residenciais quer nos afectos aos profissionais.

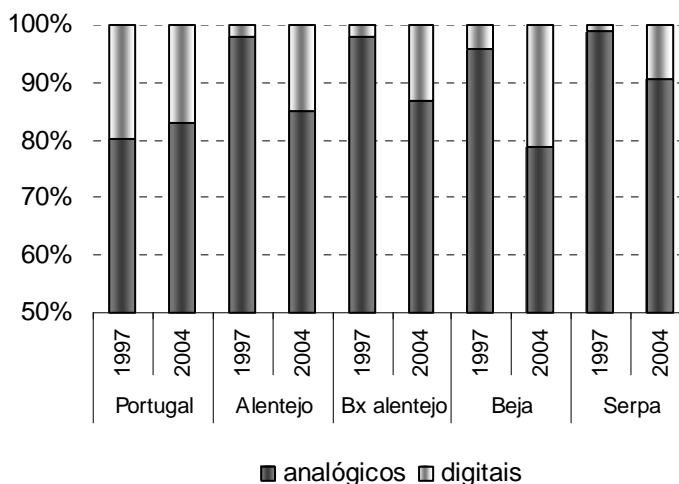


Fig. 34 - Relação dos telefones analógicos e digitais entre 1997 e 2004 (dados do INE)

Relativamente ao ano de base do PDM vigente (1991) verifica-se um aumento de 67% para a data actual, e de 80% para 1997. Actualmente, a rede fixa tem a forte concorrência pela rede móvel, justificando-se assim o aumento residual das instalações telefónicas entre 97 e 2004.

O PDM vigente não definiu nenhum programa para este sector. Em termos de condicionantes, não existem servidões definidas.

3.8 Infraestruturas de Saneamento básico

3.8.1 Rede de Abastecimento de Água

Segundo dados do INE de 2003 cerca de 87.3% da população é servida pela rede pública de abastecimento de água, tendo evoluído desde o ano de base do PDM em que os valores eram da ordem dos 78%.

O consumo de água nesta data por habitante – ano, referente aos consumos residenciais e de serviços ronda os 30 m³, bastante abaixo da média nacional (46) e da região (45).

O PDM vigente não previa alterações aos sistemas existentes pois os que estavam implementados tinham capacidade para servir a população até ao horizonte do plano.

Cada freguesia tem um sistema próprio o que permite uma autonomia entre sistemas não sendo necessário implementar uma rede de abastecimento de água pelo concelho para fazer ligação entre os vários aglomerados.

3.8.2 Rede e Tratamento de Águas Residuais

De forma a minimizar os impactos ambientais causados pela emissão de efluentes no meio ambiente e segundo o previsto no programa do actual PDM foram construídas 3 ETAR's, em A do Pinto, Brinches, Ficalho e Serpa.

Actualmente a ETAR de Serpa encontra-se em remodelação e a ETAR de Vila Nova de São Bento em projecto. Segundo dados de 2003 cerca de 87.3 da população é servida pela rede pública de drenagem de esgotos domésticos. No ano de base do PDM os valores andavam na ordem dos 77%.

Relativamente à população servida por estações de tratamento, tem-se cerca de 47.2 e a taxa de tratamento das águas residuais era de 88.8 % em 2003.

3.9 Resíduos Sólidos Urbanos

A recolha dos RSU no concelho está a cargo da Resialentejo empresa intermunicipal que tem por objecto a gestão e exploração do sistema público de recolha, tratamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos na área de influência da AMALGA (Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão do Ambiente). Esta é constituída pelos Municípios de Almodôvar, Barrancos, Beja, Castro Verde, Mértola, Moura, Ourique e Serpa e tem como objecto projectar, implementar e gerir o sistema integrado de recolha, tratamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos dos municípios associados.

Segundo o relatório do PDM vigente e relatório do Instituto de resíduos para 2004, tanto na ano de base do PDM como actualmente, o concelho de Serpa é totalmente abrangido por recolha de resíduos sólidos, com destino à estação de transferência de Pias. Segundo

dados do Instituto cerca de 4.4% dos RSU são enviados para a reciclagem. Média bastante a abaixo da região.

4 QUALIDADE AMBIENTAL

4.1 RAN

A criação do regime da RAN, definida pelo D.L. 196/89 de 14 de Junho tem como base a protecção em termos de recurso natural não renovável das áreas que apresentam melhor aptidão agrícola, constituídas por solos com maiores potencialidades agrícolas. Este pretende proteger estas áreas de agressões de várias naturezas, principalmente urbanísticas.

A entrada em vigor do Regime da RAN, através do Decreto de Lei 274/1992 de 12 de Dezembro, veio permitir que no âmbito do regime de excepção às operações de florestação/exploração florestal, a instalação de agro-turismo/turismo rural, e campos de golfe declarados de interesse para o turismo.

No concelho de Serpa, a RAN, foi delimitada através da digitalização da cartografia elaborada pelo Centro de reconhecimento e ordenamento Agrário (CNROA) e das cartas aprovadas pela Portaria 1111/90 de 8 de Novembro com excepção das áreas necessárias para espaços urbanos, urbanizáveis ou industriais que sofreram desafecção no âmbito do plano. Esta integra a Planta de Condicionantes, à escala 1:25 000, tendo sido aprovada no âmbito da ratificação do PDM.

A RAN no Concelho de Serpa abrange cerca de 312 Km²,(29% do território), sendo que esta se distribui principalmente na metade Norte do Concelho, acima da localidade de Santa Iria. Corresponde a solos com capacidade de uso agrícola, muito alta, alta e média correspondendo principalmente a solos das classes dos Barros Pretos ou Castanhos – avermelhados. Da análise efectuada verifica-se que as manchas da RAN apresentam grandes dimensões e continuidade, encontrando-se alguns dos principais aglomerados urbanos rodeados por solos pertencentes a esta (nomeadamente Serpa, Vale do Vargo e Vila Nova de São Bento).

Segundo dados da CCDR-A verificaram-se durante o período de vigência do plano cerca de 124 pedidos de desafecção da RAN sendo que 75 foram considerados favoráveis.

Daqui resultaram 11 novos fogos habitacionais, num total 21,3 ha. Com a ratificação do Plano de Pormenor de Vila Nova de São Bento, foram desafectados cerca de 30ha.

4.2 REN

As áreas caracterizadas por uma maior diversidade, raridade dos factores ecológicos presentes ou pela sua fragilidade em relação à manutenção do seu equilíbrio ecológico a médio e longo prazo foram, através do Decreto – Lei nº 93/90 de 19 de Março, alterado pelo Decreto-Lei 180/2006 de 06 de Setembro, salvaguardadas com a criação da figura da REN. Assim, todos os territórios, sem protecção legal mas que consistem em ecossistemas de maior interesse para o equilíbrio ecológico foram protegidos.

A delimitação da Reserva Ecológica Nacional para a área do Município de Serpa foi elaborada pela Comissão de Coordenação Regional do Alentejo e integrada no seu plano director por proposta da mesma CCRA, tendo sido incluídas as respectivas desafecções necessárias. A aprovação foi realizada no âmbito da rectificação do PDM.

Esta ocupa no Concelho uma área de cerca de 586 Km² (54% do território), encontrando-se por todo o Concelho, estando cartografada à escala 1: 25 000 nas Plantas da REN.

A semelhança da RAN, já se justifica uma rectificação, visto verificar-se um abandono do território por esta ser tão restritiva no que diz respeito ao uso dos solos, alguns aglomerados urbanos encontram-se completamente envolvidos por solos pertencentes à REN não permitindo a sua expansão.

A delimitação da REN do concelho foi alterada em 2005 (RCM 45/05 de 2 de Março) segundo as alterações propostas no PP das Actividades Económicas de São Bento e do PP de Vila Verde de Ficalho. Desta alteração resultou a desanexação de cerca de 32 ha.

4.3 Rede Natura

Quando o PDM de Serpa foi elaborado, em 1995, ainda não existia Rede Natura 2000, no entanto foram delimitadas e identificadas na planta de condicionantes duas áreas consideradas prioritárias para a conservação da natureza – o Biótopo Corine do Guadiana,

com os sub-sítios do Moinho da Fazenda e pulo do Lobo, e uma Proposta para área Protegida do Vale do Guadiana.

A proposta para a área protegida do Vale do Guadiana, proposta pela ADPM, CML, ICN e CCRA, engloba o Biótopo Corine descrito anteriormente. A delimitação desta área foi efectuada através da Carta 1:100.000 do ICN. Esta área corresponde no Concelho de Serpa a uma proposta de ZPE ao abrigo da Directiva Aves 79/409 CEE.

Estas propostas coincidem genericamente com as áreas integradas na Rede Natura 2000, surgindo no entanto novas áreas classificadas a Norte do Concelho.

A Rede Natura 2000 tem como principais objectivos a conservação da natureza e assegurar a biodiversidade através da conservação de habitats, fauna e flora selvagem. Esta resulta da transposição de directivas comunitárias (Directivas 74/409/CEE, directiva de Aves e 92/43/CEE, Directiva de habitats).

O Governo Português optou realizar por fases a aprovação da lista de sítios a integrar na Rede Natura 2000. A primeira fase foi aprovada pelo Conselho de Ministros em 5 de Junho de 1997, sendo composta por 35 sítios conforme R.C.M. nº 142/1997, De 28 de Agosto. Nesta 1 fase foi aprovado o Sítio do Guadiana, com uma área total de 39 257 ha, em que 7705 ha pertencem ao Concelho de Serpa.

Numa segunda fase corresponde à identificação dos Sítios com importância Comunitária, classificados através do Diploma de R.C.M nº 76/00 de 5 Julho, em que é classificado o Sítio de Moura/Barrancos, com uma área de 43.309 ha, em que 1.189 ha se localizam, no interior do concelho de Serpa. Este vem classificar algumas áreas mais declivosas das Serras da Adiça e da Preguiça, áreas cuja importância já se encontra referenciada no PDM vigente.

	SÍTIO GUADIANA	SÍTIO MOURA/BARRANCOS
CÓDIGO	PTCON0036	PTCON0053
AREA	39 257 ha	43 309 ha
CONCELHOS ENVOLVIDOS	<p>Alcoutim – 4294 ha</p> <p>Almodôvar – 2094 ha</p> <p>Beja – 1633 ha</p> <p>Castro Marim – 1783 ha</p> <p>Castro Verde – 315 ha</p> <p>Loulé – 525 ha</p> <p>Mértola – 20085 ha</p> <p>Serpa – 7705 ha</p>	<p>Barrancos – 8677 ha</p> <p>Moura – 32761 ha</p> <p>Mourao – 676 ha</p> <p>Serpa – 1189 ha</p>

Fig. 35 - Dados sobre os Sítios da Rede Natura 2000 presentes no Concelho.

A classificação de ZPE (Zonas de Protecção Especial), abrange áreas cujo território se tornam relevantes para a protecção de espécies de aves, migratórias ou não, e em que se verifica a sua ocorrência regular no território. O concelho de Serpa é abrangido por duas áreas de ZPE, classificadas através do Decreto de Lei nº 384-B de 23 de Setembro de 1999. a Norte do Concelho encontra-se delimitada a ZPE de Mourão/Moura/Barrancos, importante para a conservação de diversas aves de rapina e principalmente do Grou. Com uma área de 80607.79 ha, em que 570.62 se encontram no Concelho de Serpa. A Sul, foi delimitada a ZPE do Vale do Guadiana, com especial importância para a conservação de aves rupícolas, aves estepárias e aves aquáticas, com uma área de 76 546.58 ha, em que 8990.199 ha pertencem ao concelho de Serpa.

Neste momento encontra-se em fase de elaboração o Plano Sectorial da Rede Natura 2000, estando a ser promovidas reuniões com as diferentes Câmaras Municipais através das respectivas Associações de Municípios, pretendendo-se a definição de medidas de gestão a nível nacional para estes sítios, sendo que as delimitações apresentadas não são finais.

	ZPE VALE DO GUADIANA	ZPE MOURÃO/MOURA/BARRANCOS
CÓDIGO	PTZPE0047	PTZPE0045
AREA	76 546.58 ha	80 607. 79 ha
CONCELHOS ENVOLVIDOS	Alcoutim – 442.621 ha Beja – 3932.46 ha Mértola – 63164.71 ha Serpa – 8990.199 ha	Barrancos – 16329.35 ha Moura – 44067.16 ha Mourao – 15692.75 ha Serpa – 570.62 ha

Fig. 36 - Dados sobre os Sítios da Rede Natura 2000 presentes no Concelho.

Estes planos sectoriais têm prevalência sobre os planos municipais de ordenamento, nomeadamente os PDMs. Assim é extremamente importante acompanhar estes planos de modo a verificar-se as implicações que as medidas de gestão apresentadas têm na gestão dos Concelhos.



Fig. 37 - Sítios da Rede Natura 2000 e ZPEs

4.4 Áreas Protegidas

No Concelho de Serpa no PDM vigente não existe qualquer área cartografada como protegida, no entanto no que diz respeito a estas foi classificado em 1995, o Parque Natural do Vale do Guadiana.

O Parque Natural do Guadiana foi classificado pelo Decreto-Lei 28/95 de 18 de Novembro, estabelecendo, com a finalidade de preservação do Troço médio do Vale do Guadiana pelo seu evidente interesse faunístico, florístico, geomorfológico, paisagístico e histórico-cultural. O progressivo desaparecimento dos sistemas tradicionais de utilização do solo justificou a sua existência de modo a promover a salvaguarda dos valores existentes e o desenvolvimento sustentado da região.

Este ocupa na zona sul do Concelho de Serpa, uma área de 8184.8 ha.

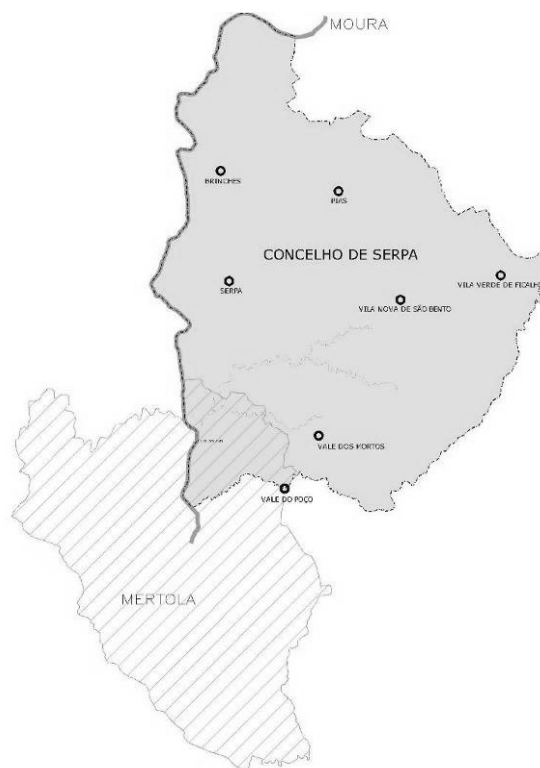


Fig. 38 - Planta do Parque Natural do Vale do Guadiana

4.5 Protecção do Sobreiro e da Azinheira

Com a entrada em vigor do DL 169/01 de 25 de Maio, que visa a protecção do sobreiro e da azinheira, estabelecendo que “o corte ou arranque de sobreiros e azinheiras, em povoamento ou isolados, carece de autorização...” nos termos do presente artigo, bem como o art. 4 inibe por um período de 25 anos qualquer alteração do uso do solo em áreas ocupadas por povoamentos de sobreiro e azinheira em que se realizem cortes ou arranques que não autorizados.

Estas áreas encontram-se já delimitadas no PDM em vigor na Planta de Condicionantes.

No Concelho de Serpa verifica-se uma tendência para a diminuição progressiva do coberto arbóreo com a conseqüente erosão dos solos. É urgente, principalmente em áreas com limitações físicas ao nível do solo e relevo, proceder à recuperação e instalação destes povoamentos.

4.6 Património Cultural

4.6.1 Património Arquitectónico

O património cultural de qualquer território, constitui a identidade do local. Este inclui todos os vestígios da acção humana sobre o território. Apresenta-se no Concelho de Serpa vários tipos de manifestações desde os tempos mais remotos: Paleolítico, Calcolítico, Idade do Bronze, Idade do ferro, Época Romana e Época Islâmica. A fertilidade dos barros e a disponibilidade de água do Guadiana e a presença de minérios são determinantes para a fundação deste povoamento.

O principal interesse turístico do Concelho advém do seu património Natural e Cultural, sendo de realçar na Vila as muralhas e o castelo, os Monumentos e Imóveis Classificados, e o centro histórico no seu conjunto, assim como as suas aldeias imaculadamente brancas.

Importa ainda realçar o património subjacente ao conjunto dos povoados limpos e brancos do concelho que importa preservar e valorizar como imagem.

Em sede de revisão do PDM dever-se-á efectuar uma análise das existências e mais valias que o património cultural existente pode trazer ao concelho, através do desenvolvimento das suas potencialidades com uma visão de conservação mas igualmente de desenvolvimento do sector turístico.

Freguesias	Imóveis Classificados		Imóveis a Classificar ou em Vias de Classificação			Imóveis ou Monumentos de Interesse Concelhio
	Monumentos Nacionais (MN)	Imóveis de Interesse Público (IIP)	Imóveis ou Monumentos de Interesse Nacional	Imóveis de Interesse Público	Com Despacho de Abertura	
A-do-Pinto						
Brinches						- Igreja Matriz de Brinches, - Capela Nossa Senhora da Consolação,
Orada Pias		- Ermida de Sta. Luzia (Dec. nº 45327 de 25 Outubro 1963)				- Torre Cimeira/Torre do Relógio,
Santa Iria	- Igreja de Sta. Maria/Convento de Sto. António (Dec. 16 Junho 1910)	- Igreja de Sta. Maria/ Igreja Matriz de Serpa (Dec. Nº 29/84 de 25 Junho de 1984)	- Palácio dos condes de Ficalho/Casa do Castelo		- Torre do relógio de Serpa - Mosteirinho /Convento do Mosteirinho - Igreja de Sta Iria/ Igreja Paroquial de Santa Iria	- Capela Nossa Senhora dos Remédios/ Ermida...(Protecção em estudo), - Ermida de São Sebastião (Protecção em estudo), - Igreja da Misericórdia, - Chafariz da Marreira, - Chafariz da Rua Serpa Pinto - Portão Junto ao cemitério, - Ermida de Santana, - Chafariz, - Oratório das Portas de Beja, - Jardins do Palácio dos Condes de Ficalho, - Aqueduto e Nora,
Salvador	- Muralhas de Serpa (Dec. Nº 39521 de 30 Janeiro 1954)	- Barragem Romana do Muro dos Mouros (Dec. nº 26-A/92 de 1 de Junho)				- Igreja paroquial de Sta, Iria, - Ermida de São Pedro (Protecção em estudo), - Capela de Calvário (Protecção em Estudo) - Cruz Nova (Protecção em Estudo), - Convento de São Francisco (Protecção em estudo), - Ermida de São Brás (Protecção não definida) - Capela de São Roque (Protecção não definida), - Chafariz do Salvador, - Oratório de São Roque,
Vale do Poço						
Vale de Vargo						- Igreja Paroquial de São Sebastião de Vale de Vargo,
Vales dos Mortos						
Vila Nova de São Bento						- Igreja de São Bento, - Igreja Matriz de Aldeia Nova de São bento,
Vila verde de Ficalho						
				- Núcleo Intramuros da Vila de Serpa		- Igreja de Sto Estêvão - Fonte de Hortezim, - Santuário

Fig. 39 – inventário do Património Arquitectónico e Arqueológico do Concelho.

Para além do Património edificado foi possível através da publicação do Decreto Lei nº 28468 de 15/2/38 classificar um conjunto de árvores de interesse público, devido ao seu porte, desenho, idade e raridade.

*No concelho de Serpa foram classificadas como árvores de interesse público cinco exemplares de oliveiras (*Olea europaea* L. Var. *europaea*), localizadas duas em frente ao Jardim Municipal e três na rua dos Arcos, através do DR.II Série, nº 298 de 27/12/2001.*

4.6.2 Património Cultural e Natural

O Património cultural do Concelho de Serpa deverá cada vez mais ser valorizado contribuindo para o enriquecimento da imagem do Concelho e para o fomento do turismo, assim como para a dinamização do sector comercial e empresarial, com a consequente fixação de população.

Exemplo disto são as inúmeras festas e romarias que se celebram por todo o concelho, assim como feiras anuais associadas a produtos regionais de grande valor gastronómico (Festa do Queijo do Alentejo, Feira do Vinho de Pias, Feira do azeite de vale do Vargo).

Sendo uma região sobejamente conhecida pela excelente qualidade das suas especiarias gastronómicas e pelos seus produtos regionais – pão, queijo de ovelha, carne de borrego, os enchidos de porco, o azeite e o vinho, este concelho poderá beneficiar através de um ordenamento adequado do seu território através da produção e comercialização destes produtos o que dinamizará tanto o sector turístico, como a agricultura, a indústria e o comércio. A caça é igualmente uma actividade que poderá dinamizar o sector turístico do Concelho, nomeadamente a caça à lebre, ao coelho, ao javali e aos tordos.

Relativamente ao Património Natural, destacam-se as paisagens naturais que incluem os Sítios e áreas Classificadas no Concelho, de destacar o Parque Natural do Guadiana, representando um património a preservar para as gerações vindouras.

São ainda de destacar, duas áreas que embora não estejam protegidas, estão identificados pelo ICN como dois sítios de grande interesse do ponto de vista dos valores naturais que encerram, constituindo refúgios para a flora e vegetação.

A Área de Malpique, que se sobrepõem parcialmente com Sítio Moura/Barrancos que em conjunto com a Serra de Adiça e Ficalho constitui um núcleo importante ao nível da conservação da flora e fauna, sendo o seu estado de conservação excepcional.

A Área de Vila Nova de São Bento, constituída por montados de azinho e sobro com densidades elevadas onde se encontram exemplos de raras pastagens naturais vivazes. Assim como são de destacar os “tamujos” e loendreiros do Rio Chanca, com grande importância para a conservação a nível regional.

4.7 Áreas Ardidadas

No PDM de Serpa, não surgem cartografadas quaisquer áreas ardidadas, nem referências a este facto no relatório desenvolvido.

Contudo este fenómeno tem atingido a nível nacional proporções, acarretando graves prejuízos de carácter ambiental, económico e social, que se torna indispensável a sua cartografia, sendo um factor a considerar no ordenamento do território a nível do PDM.

Verifica-se no entanto, que o Concelho de Serpa não tem sido dos concelhos mais atacados, sendo as áreas ardidadas de pequenas dimensões e distribuídas por todo concelho. Para este factor, contribui um território dominado pela agricultura e por montados de sobro e azinho, em que as áreas cobertas com matos não são abundantes.

A recuperação dos terrenos abrangidos por incêndios (áreas florestais) atende a uma vasta legislação vigente e aos instrumentos de gestão territorial que concretizam as opções a nível nacional, regional e local de desenvolvimento sócio-económico e de conservação dos recursos naturais.

Uma das medidas avançadas pelo governo foi a reforma estrutural do sector florestal (RESF) e, respectivos normativas que resultam deste.

As suas linhas orientadoras foram publicadas através de R.C.M nº 178/2003 de 17 Novembro, sendo:

⇒ Reflorestação das áreas ardidadas;

- ⇒ *Reestruturação do sistema de defesa florestal contra incêndios;*
- ⇒ *Financiamento e fiscalidade;*
- ⇒ *Reordenamento e gestão Florestal;*
- ⇒ *Criação de um novo modelo orgânico para o sector das florestas.*

Muitas destas acções já foram traduzidas para legislação e estão neste momento em fase de execução, nomeadamente os PROF, Planos regionais de Ordenamento Florestal. Segundo a DGRF, o PROF do Baixo Alentejo encontra-se em fase de aprovação.

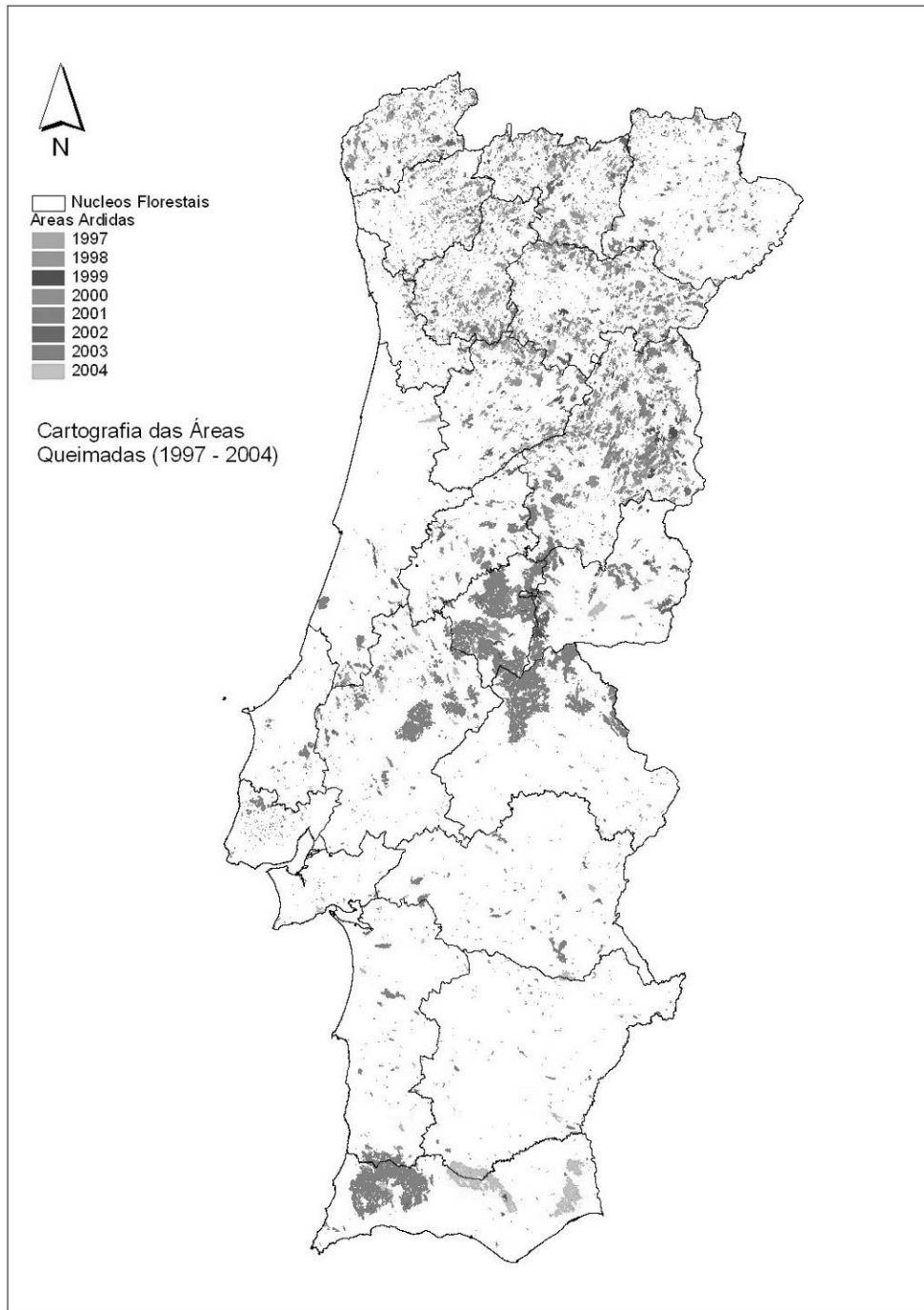


Fig. 40 - Mapa das Áreas Ardidas em Portugal de 1997-2004.

4.8 Recursos Hídricos

Os recursos hídricos do Concelho são fortemente condicionados pela sua acentuada variabilidade ao longo das estações. Recursos hídricos de superfície significativos encontram-se relacionados com as principais linhas de água que integram a Bacia Hidrográfica do Guadiana. São de destacar o Rio Chança, a Ribeira de limas, a Ribeira das Amoreiras, a Ribeira de pias e do Enxoé.

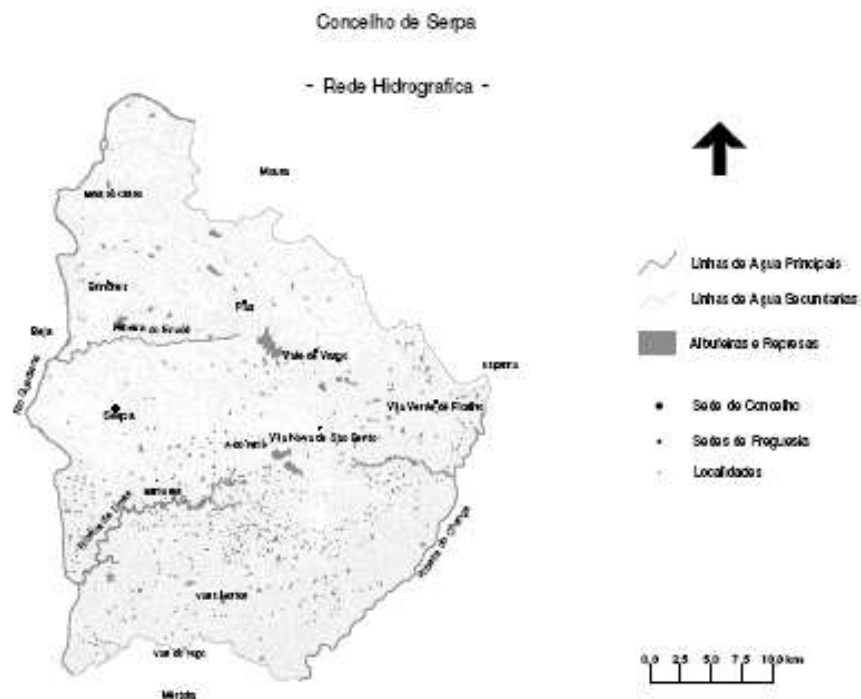


Fig. 41 - Rede Hidrográfica de Serpa

Prevê-se que, a Barragem do Alqueva em conjunto com a Barragem do Enxoé e com o sistema de regadio do Ardila venham a disponibilizar este recurso em quantidade, o que permitirá aumentar a área de regadio de modo a existir um maior aproveitamento das potencialidades do território, nomeadamente na instalação de novas áreas de vinha e olival.

Igualmente a preservação deste recurso e o diagnóstico e resolução dos problemas de poluição hídrica, proveniente principalmente de lagares de azeite, poderão potenciar para

além dos ecossistemas associados a estes elementos igualmente o turismo, nomeadamente as actividades relacionadas com a pesca e lazer.

Na planta de Condicionantes no PDM vigente estão assinaladas as albufeiras existentes e as previstas. Verifica-se que a única albufeira construída foi a de Enxoé.

4.9 Estrutura Ecológica

O Plano Director Municipal como instrumento de planeamento territorial que estabelece a estrutura espacial do território municipal e a classificação dos solos, constitui o instrumento de ordenamento que permite gerir de uma forma global e integrada os recursos naturais do concelho.

Estes elementos constituem uma nova figura nos PMOT, e ao que se sabe, não existe qualquer definição de Estruturas desta natureza ao nível de um plano de hierarquia superior, nomeadamente PROT, que defina as linhas orientadoras e os critérios a considerar para Serpa. Deste modo, e nesta fase do trabalho, é importante estabelecer conceitos e os critérios a seguir para apresentação posterior de uma proposta de EEM e EEU. A delimitação da EEU terá que ser articulada com as propostas ao nível dos perímetros urbanos e deverá ser desenvolvida em fase posterior à EEM.

No âmbito da revisão do PDM de Serpa, e dadas as alterações introduzidas neste domínio pelo DL 380/99 de 22 de Setembro em especial os seus artigos 14º, 70º e 73º, torna-se indispensável a delimitação da Estrutura Ecológica Municipal (EEM) e a delimitação da Estrutura Ecológica Urbana (EEU) ao nível dos perímetros urbanos, tal como disposto nos referidos artigos.

A delimitação da Estrutura Ecológica Municipal (EEM), deverá ter subjacente o conceito de Continuum Naturale tal como definido pelo artigo 5º da Lei de Bases do Ambiente, Lei n.º 11/87 de 07 de Abril, e o conceito de “Greenway” ou Corredores Verdes, com vista a estabelecer uma rede de protecção e valorização ambiental que permita por um lado incentivar as potencialidades e por outro estabelecer restrições de usos em locais sensíveis do território concelhio, através da definição de estruturas permanentes que

assegurem a ligação e articulação entre o normal funcionamento dos ecossistemas naturais e o espaço construído.

A EEM deverá em síntese constituir o suporte físico necessário ao correcto funcionamento dos processos naturais e da sustentabilidade da paisagem concelhia, nomeadamente no que diz respeito à circulação da água, ar, fauna terrestre e aquática, entre outros aspectos, bem como servir de suporte a uma rede de percursos pedonais, bicicletas, equipamento, zonas de estadia e recreio, etc.

Deste modo, este é o nível de planeamento mais adequado para a definição da Estrutura Ecológica Municipal, a qual deverá integrar nomeadamente os seguintes aspectos:

- ⇒ Estrutura Ecológica, constitui um subsistema da estrutura verde o qual integra as principais condicionantes biofísicas do concelho, a saber: Reserva Ecológica Nacional, Reserva Agrícola Nacional e Domínio Hídrico*
- ⇒ Espaços Naturais e Culturais, constituem espaços nos quais se privilegia a protecção dos recursos naturais e a salvaguarda dos valores paisagísticos, culturais e patrimoniais.*
- ⇒ Espaços Florestais , as áreas sujeitas ao Regime Florestal.*

Ao nível dos perímetros urbanos, deverá proceder-se à delimitação das áreas a integrar na Estrutura Ecológica Urbana, com vista ao estabelecimento de Corredores Verdes, que assegurem a continuidade ao nível do sistema urbano das áreas definidas pela EEM. A EEU deverá ser delimitada para todos os perímetros urbanos, nomeadamente os que se encontram identificados no PDM em vigor e outros que possam vir a ser considerados na presente revisão, a saber:

A EEU integra os espaços não edificados, os quais deverão integrar-se no tecido edificado de uma forma coerente assegurando nomeadamente: a criação de um tecido urbano equilibrado, a conservação do funcionamento dos sistemas biológicos, contribuindo de forma decisiva para a manutenção da capacidade de suporte da vida humana e a qualidade da atmosfera urbana – conforto bioclimático.

5. OPORTUNIDADE E OBJECTIVOS DA REVISÃO DO PDM

A oportunidade da revisão do PDM deriva, para além do estabelecido na lei, de dois tipos de factores.

O primeiro tipo de factores, externos à Câmara Municipal, consiste em novas orientações de políticas de desenvolvimento, dadas por instrumentos de desenvolvimento territorial, como o Plano Nacional de Política de Ordenamento do Território (aprovado pela Lei 58/2007 de 4 de Setembro e rectificado pela declaração n.º 80-A, de 7 de Setembro de 2007) e o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo que se encontra em elaboração (Resolução Conselho de Ministros 28/2006 de 23 Março). Em ambos é apontada a importância do futuro aeroporto de Beja e do reforço do eixo Sines-Beja-Vila Verde de Ficalho como fundamentais no desenvolvimento da região.

Planos de âmbito nacional sujeitaram parcelas do município a novas regras. É o caso dos Planos Sectoriais da Bacia Hidrográfica do Guadiana (Decreto Regulamentar n.º 16/2001 de 05 de Dezembro), Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Alentejo (Decreto Regulamentar n.º 18/2006 de 20 de Outubro) e Plano Sectorial da Rede Natura (aguarda aprovação). E também dos Planos Especiais de Ordenamento da Albufeira do Enxóe (Resolução do Conselho de Ministros n.º 167/2006 de 15 de Dezembro), Ordenamento da Albufeira de Alqueva e Pedrógão (Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2006) e Parque Natural do Vale do Guadiana (Resolução do Conselho de Ministros n.º 161/2004 de 10 de Novembro).

Por outro lado entrou em vigor o esperado novo quadro legislativo para a figura do PDM e demais instrumentos de gestão territorial, através do Decreto-Lei 316/2007 que alterou o Decreto-Lei 380/99, o qual tinha revogado o Decreto-Lei 69/90 ao abrigo do qual o PDM em vigor foi elaborado.

De igual modo foi alterado o enquadramento jurídico para a Reserva Ecológica Nacional através do Decreto-Lei 180/2006.

O segundo tipo de factores, internos à Câmara Municipal, consiste num conjunto de novos investimentos, públicos e privados, que se pretendem implementar e enquadrar por uma reformulada estratégia de desenvolvimento do município. Nesse sentido estão em processo de elaboração ou já finalizados um conjunto de documentos centrais para a definição da estratégia de desenvolvimento municipal a traduzir em sede de PDM. São eles o Plano Estratégico do Município, Agenda 21, Carta Educativa Municipal, Plano de Desenvolvimento Turístico e o Diagnostico Social/Plano de Desenvolvimento Social

Cumulativamente, tendo sido iniciado o processo de revisão do Plano de Urbanização da Cidade de Serpa (aviso n.º 3873-AP/2007, D.R. 28 Fevereiro), importa verter sobre o território municipal as implicações das opções estratégicas desse plano.

Por outro lado a experiência de implementação do PDM permitiu identificar alguns erros nomeadamente ao nível da delimitação de perímetros urbanos, do dimensionamento das unidades de planeamento, definição de parâmetros e índices urbanísticos.

Finalmente a revisão do PDM será efectuada sobre base cartográfica actualizada e em formato digital e com recurso a tecnologias de informação geografia.

OBJECTIVOS

A revisão do PDM visa os seguintes objectivos,

a) Integração territorial de diferentes perspectivas de desenvolvimento municipal, no prazo de vigência do plano e longo prazo, nomeadamente económica, turístico-cultural e social, assente em valores de sustentabilidade ambiental;

b) Reformulação do zonamento do território municipal atendendo aos critérios de classificação dos solos, que assenta na distinção fundamental entre solo urbano e solo rural (art. 72.º DL 380/99), averiguando a necessidade de reclassificação, nomeadamente para espaços industriais atendendo aos objectivos de desenvolvimento municipal.

c) Reformulação do zonamento do solo urbano/perímetros urbanos atendendo aos critérios de qualificação dos solos (art. 73.º DL 380/99), redimensionamento das unidades de planeamento e reformulação dos índices e parâmetros urbanísticos, atendendo à estratégia de desenvolvimento de cada localidade.

d) Reformulação do zonamento e condições de edificabilidade do solo/território rural atendendo aos critérios de qualificação (art. 73.º DL 380/99), às alterações legislativas supervenientes (regime da REN) e à estratégia de desenvolvimento municipal.

e) Definição das unidades operativas de planeamento e gestão atendendo à situação fundiária, à estrutura e condições do mercado imobiliário tendo em vista a facilitar a sua concretização.

f) Programação da execução das opções de ordenamento;

g) Estabelecer critérios para a definição de áreas de cedência e respectivas regras de gestão;

h) Estabelecer os critérios de perequação compensatória de benefícios e encargos decorrentes da gestão urbanística a concretizar nas unidades operativas de planeamento e gestão.

i) Estabelecimento da estrutura ecológica municipal;

j) Definição do zonamento nos termos do regulamento geral do ruído;

l) Avaliar a execução dos objectivos de conservação dos habitats e das populações das espécies das zonas de Rede Natura 2000.(n.º3, art.º 8.º, DL 49/2005);

m)) Articulação com os planos supra-municipais;

n) Adopção da disciplina dos planos especiais;

o) Correção de erros na delimitação de perímetros urbanos resultantes do uso de cartografia desactualizada.

p) Adequar o conteúdo e gestão do PDM a Sistema de Informação Geográfica.